

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	75
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	32.774
Preferenciais	0
Total	32.774
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	300.541	393.449
1.01	Ativo Circulante	15	717
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15	711
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	6
1.01.08.03	Outros	0	6
1.02	Ativo Não Circulante	300.526	392.732
1.02.02	Investimentos	300.509	392.713
1.02.02.01	Participações Societárias	300.509	392.713
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	300.509	392.713
1.02.03	Imobilizado	17	19
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	17	19

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	300.541	393.449
2.01	Passivo Circulante	1.036.229	1.575.311
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	67	11
2.01.01.01	Obrigações Sociais	67	11
2.01.01.01.01	Folha de Pagamento	33	0
2.01.01.01.02	Encargos Sociais	34	0
2.01.02	Fornecedores	266	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	266	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	55	1
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	55	1
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	55	1
2.01.05	Outras Obrigações	2.811	661
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	661	661
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	661	661
2.01.05.02	Outros	2.150	0
2.01.05.02.04	Outros Credores	2.150	0
2.01.06	Provisões	1.033.030	1.574.638
2.01.06.02	Outras Provisões	1.033.030	1.574.638
2.01.06.02.04	Provisão p/Desvalorização das Particip. em Controladas	1.033.030	1.574.638
2.02	Passivo Não Circulante	1.387.444	112.084
2.02.02	Outras Obrigações	1.387.271	112.000
2.02.02.02	Outros	1.387.271	112.000
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.382.111	112.000
2.02.02.02.04	Outros Credores	5.160	0
2.02.04	Provisões	173	84
2.02.04.02	Outras Provisões	173	84
2.02.04.02.04	Provisões Diversas	173	84
2.03	Patrimônio Líquido	-2.123.132	-1.293.946
2.03.01	Capital Social Realizado	973.764	973.764
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.096.896	-2.267.710

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	115.963	-807.812	-320.924	-440.860
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-370	-1.144	-71	-985
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	430	1.290	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	117.527	-807.154	-320.951	-438.441
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.624	-804	98	-1.434
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	115.963	-807.812	-320.924	-440.860
3.06	Resultado Financeiro	-2	-2	468	-88
3.06.01	Receitas Financeiras	0	6	4	4
3.06.02	Despesas Financeiras	-2	-8	464	-92
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	115.961	-807.814	-320.456	-440.948
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-23	0	0
3.08.01	Corrente	0	-23	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	115.961	-807.837	-320.456	-440.948
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	115.961	-807.837	-320.456	-440.948
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	3,54000	-24,65000	-9,77800	-13,45400
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	3,54000	-24,65000	-9,77800	-13,45400

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	115.961	-807.837	-320.456	-440.948
4.02	Outros Resultados Abrangentes	43.023	60.519	12.480	34.299
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	12.988	39.499	18.910	51.969
4.02.02	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-4.415	-13.430	-6.430	-17.670
4.02.03	Aumento do Valor Patrimonial do Investimento - Subsidiária Celg D	34.450	34.450	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	158.984	-747.318	-307.976	-406.649

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-696	-1.366
6.01.01	Pagamento de Fornecedores	-351	-1.005
6.01.02	Pagamento de Salários e Encargos	-320	-293
6.01.03	Pagamento de Outras Despesas Operacionais e Adm.	-11	-41
6.01.04	Pagamento de Tributos	-14	-27
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-5.000
6.02.01	Créditos e Dívidas com Pessoas Ligadas	0	-5.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	7.270
6.03.01	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	-8.600	7.270
6.03.03	Outros Resultados Líquidos	8.600	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-696	904
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	711	125
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15	1.029

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-2.267.710	0	-1.293.946
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-2.267.710	0	-1.293.946
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-829.186	0	-829.186
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-807.837	0	-807.837
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-21.349	0	-21.349
5.05.02.06	Ajuste de Exercício Anterior - Subsidiária Celg D	0	0	0	-55.799	0	-55.799
5.05.02.07	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	34.450	0	34.450
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-3.096.896	0	-2.123.132

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-1.605.424	0	-631.660
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-1.605.424	0	-631.660
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-440.948	0	-440.948
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-440.948	0	-440.948
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-2.046.372	0	-1.072.608

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	-805.864	-438.441
7.01.02	Outras Receitas	-805.864	-438.441
7.01.02.01	Provisão para Desvalorização das Participações Societárias Permanentes	-805.864	-438.441
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-575	-991
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-512	-956
7.02.04	Outros	-63	-35
7.03	Valor Adicionado Bruto	-806.439	-439.432
7.04	Retenções	-120	372
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2	-2
7.04.02	Outras	-118	374
7.04.02.01	Provisões Operacionais	-118	374
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-806.559	-439.060
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-798	-1.430
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-804	-1.434
7.06.02	Receitas Financeiras	6	4
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-807.357	-440.490
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-807.357	-440.490
7.08.01	Pessoal	374	292
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	98	74
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8	92
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-807.837	-440.948
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-807.837	-440.948

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	447.697	4.918.542
1.01	Ativo Circulante	110.224	1.082.623
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.138	46.059
1.01.02	Aplicações Financeiras	38.717	165.648
1.01.03	Contas a Receber	58.710	663.950
1.01.03.01	Clientes	6.403	592.915
1.01.03.01.01	Consumidores	6.573	686.722
1.01.03.01.02	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-170	-93.807
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	52.307	71.035
1.01.03.02.01	Ativo Financeiro - Bens da Concessão	52.307	53.980
1.01.03.02.02	Contas a Receber - Estado de Goiás	0	17.055
1.01.04	Estoques	3.424	33.598
1.01.07	Despesas Antecipadas	145	121
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.090	173.247
1.01.08.03	Outros	7.090	173.247
1.01.08.03.01	Devedores Diversos	1.388	43.887
1.01.08.03.02	Serviços em Curso	0	51.925
1.01.08.03.03	Créditos Fiscais	0	17.452
1.01.08.03.04	Outros Créditos	363	59.983
1.01.08.03.05	Transações com Partes Relacionadas	5.339	0
1.02	Ativo Não Circulante	337.473	3.835.919
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	218.797	2.960.700
1.02.01.03	Contas a Receber	0	284.259
1.02.01.03.01	Clientes	0	284.259
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	218.797	2.676.441
1.02.01.09.03	Ativo Financeiro - Bens da Concessão	216.502	1.412.426
1.02.01.09.04	Fundos Vinculados	1.700	1.614
1.02.01.09.05	Programa Emergencial Redução Consumo Energia El.	0	19.600
1.02.01.09.06	Devedores Diversos	0	128.193
1.02.01.09.07	Contas a Receber - Estado de Goiás	0	556.889
1.02.01.09.08	Créditos Fiscais	0	231.499
1.02.01.09.09	Outros Créditos	309	343.295
1.02.01.09.10	Bens e Direitos Destinados à Alienação	286	1.528
1.02.01.09.11	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0	-18.603
1.02.02	Investimentos	2.129	13.935
1.02.03	Imobilizado	115.881	203.027
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	115.881	203.027
1.02.04	Intangível	666	658.257
1.02.04.01	Intangíveis	666	658.257
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	0	658.257
1.02.04.01.02	Outros Ativos Intangíveis	666	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	447.697	4.918.542
2.01	Passivo Circulante	1.088.641	4.020.650
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	419	10.379
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	419	10.379
2.01.02	Fornecedores	1.036	1.429.539
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.036	1.429.539
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.597	652.933
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.437	148.305
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	238	106.880
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	580	20.713
2.01.03.01.03	REFIS/PAES/PAEX	0	5.461
2.01.03.01.04	Outros	619	15.251
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	124	493.808
2.01.03.02.01	ICMS	124	493.808
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	36	10.820
2.01.03.03.01	ISS	36	10.820
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.637	268.112
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.637	268.112
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.637	251.672
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	16.440
2.01.05	Outras Obrigações	47.011	1.659.687
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	41.410	4.392
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	41.410	4.392
2.01.05.02	Outros	5.601	1.655.295
2.01.05.02.04	Encargos de Dívidas	0	159.401
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	2.410	1.139.323
2.01.05.02.06	Credores Diversos	0	152.413
2.01.05.02.07	Outros Credores	3.191	155.684
2.01.05.02.08	Obrigações Estimadas	0	48.474
2.01.06	Provisões	1.034.941	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.034.941	0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.911	0
2.01.06.01.05	Provisão para Desvalorização de Participação Societária	1.033.030	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.482.188	2.157.388
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	41.886	409.387
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	41.886	409.387
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	41.886	343.725
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	65.662
2.02.02	Outras Obrigações	1.439.740	1.143.321
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	52.469	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	52.469	0
2.02.02.02	Outros	1.387.271	1.143.321
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.382.111	112.000
2.02.02.02.03	Fornecedores	0	20.245
2.02.02.02.04	Programa Emergencial de Redução do Cons. En. El.	0	997
2.02.02.02.05	Tributos e Contribuições Sociais	0	416.922

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.02.02.06	Folha de Pagamento	0	1.295
2.02.02.02.07	Taxas Regulamentares	0	582.594
2.02.02.02.08	Outros Credores	5.160	9.268
2.02.03	Tributos Diferidos	0	231.499
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	231.499
2.02.04	Provisões	562	373.181
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	562	373.181
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	286.593
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	389	28.311
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	173	58.277
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-2.123.132	-1.259.496
2.03.01	Capital Social Realizado	973.764	973.764
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.096.896	-2.267.710
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	34.450

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	17.056	53.745	564.555	1.645.015
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-10.312	-34.684	-531.161	-1.480.108
3.03	Resultado Bruto	6.744	19.061	33.394	164.907
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	114.277	-814.758	-88.070	-231.115
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.680	-8.894	-81.064	-215.021
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	117.957	1.290	618	1.909
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-807.154	-7.624	-18.003
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	121.021	-795.697	-54.676	-66.208
3.06	Resultado Financeiro	-4.962	-11.707	-265.678	-374.467
3.06.01	Receitas Financeiras	886	2.711	110.009	435.345
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.848	-14.418	-375.687	-809.812
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	116.059	-807.404	-320.354	-440.675
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-98	-433	-102	-273
3.08.01	Corrente	-98	-433	-102	-273
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	115.961	-807.837	-320.456	-440.948
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	115.961	-807.837	-320.456	-440.948
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	115.961	-807.837	-320.456	-440.948
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	3,54000	-24,65000	-9,77780	-13,45420

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	115.961	-807.837	-320.456	-440.948
4.02	Outros Resultados Abrangentes	43.023	60.519	12.480	34.299
4.02.01	Realização de Reserva de Reavaliação	12.988	39.499	18.910	51.969
4.02.02	Tributos sobre a Realização de Reserva de Reavaliação	-4.415	-13.430	-6.430	-17.670
4.02.03	Aumento do Valor Patrimonial do Investimento - Subsidiária Celg D	34.450	34.450	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	158.984	-747.318	-307.976	-406.649
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	158.984	-747.318	-307.976	-406.649

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	25.333	338.611
6.01.01	Recebimento de Clientes	57.330	2.642.758
6.01.02	Pagamento de Fornecedores	-3.958	-1.242.140
6.01.03	Pagamento de Salários e Encargos	-13.806	-204.985
6.01.04	Pagamento de Outras Despesas Operacionais e Administrativas	-2.005	-142.504
6.01.05	Pagamento de Tributos	-14.412	-724.544
6.01.06	Resultado Financeiro	1.783	9.467
6.01.07	Recebimento de Dividendos	401	559
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-15.712	-10.296
6.02.01	Caixa Usado no Imobilizado e Investimentos	-15.462	-10.299
6.02.02	Outros	-250	3
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.495	-334.279
6.03.01	Resultado não Operacional Líquido	8.600	-2.160
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	2.527	20.000
6.03.03	Pagamento de Serviço da Dívida	-13.203	-358.970
6.03.04	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	0	7.270
6.03.05	Pagamento de Dividendos	-419	-419
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.126	-5.964
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	33.729	110.573
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	40.855	104.609

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-2.323.509	0	-1.349.745	0	-1.349.745
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-2.323.509	0	-1.349.745	0	-1.349.745
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-773.387	0	-773.387	0	-773.387
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-807.837	0	-807.837	0	-807.837
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	34.450	0	34.450	0	34.450
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-3.096.896	0	-2.123.132	0	-2.123.132

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-1.605.424	0	-631.660	34.450	-597.210
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-1.605.424	0	-631.660	34.450	-597.210
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-406.649	-34.299	-440.948	0	-440.948
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-440.948	0	-440.948	0	-440.948
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	34.299	-34.299	0	0	0
5.05.02.06	Realização de Ajuste a Valor Patrimonial	0	0	0	51.969	-51.969	0	0	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização de Ajuste a Valor Patrimonial	0	0	0	-17.670	17.670	0	0	0
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-2.012.073	-34.299	-1.072.608	34.450	-1.038.158

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	-739.725	2.700.843
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	66.206	2.720.597
7.01.02	Outras Receitas	-805.864	-16.094
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	0	23.610
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-67	-27.270
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-14.234	-1.230.300
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	-929.306
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.577	-257.096
7.02.04	Outros	-9.657	-43.898
7.03	Valor Adicionado Bruto	-753.959	1.470.543
7.04	Retenções	-14.229	-93.298
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.872	-93.672
7.04.02	Outras	-357	374
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-768.188	1.377.245
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.710	435.345
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.710	0
7.06.02	Receitas Financeiras	0	435.345
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-765.478	1.812.590
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-765.478	1.812.590
7.08.01	Pessoal	14.415	229.568
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.521	1.213.885
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.423	810.085
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-807.837	-440.948
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-807.837	-440.948

Comentário do Desempenho

I – DESEMPENHO OPERACIONAL INDIVIDUAL

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS INDIVIDUAIS

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais

Indicadores	30/09/2011	30/09/2012	Variação 30/09/2011 - 30/09/2012
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	1.283	949	-26,03%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(985)	(1.144)	16,14%
EBITDA (R\$ mil)	(983)	(1.142)	16,17%
Prejuízo Líquido (R\$ mil)	(440.948)	(807.837)	83,20%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais

Indicadores	31/12/2011	30/09/2012	Variação 31/12/2011 - 30/09/2012
Liquidez Seca	0,00044	0,00001	-96,71%
Liquidez Corrente	0,00044	0,00001	-96,71%
Ativo Total - (R\$ mil)	393.449	300.541	-23,61%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	1.743.194	2.423.673	39,04%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(1.349.745)	(2.123.132)	57,30%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Até 30/06/2009 a Companhia manteve as suas atividades operacionais mediante a utilização dos recursos disponibilizados pela sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, através do contrato de mútuo número AJU 002/2007, firmado em 26 de setembro de 2007, e renovado pelo 1º termo aditivo de 27 de junho de 2008, com vigência até 30 de julho de 2009, ocorrendo a quitação desta obrigação com a Controlada no ano de 2011.

A partir de 30/06/2009 até 30/09/2012, por intermédio do acionista controlador, no intuito de ofertar a continuidade operacional da Controladora, ocorreram os seguintes adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC, sendo que o adiantamento no valor de R\$100.000 mil, de 29 de dezembro de 2011, foi aportado posteriormente pela Celgpar na Subsidiária Celg D, em decorrência do acordo firmado entre a Celgpar, Estado de Goiás e Eletrobras, bem como o adiantamento de R\$1.270.111, de 16 de maio de 2012, posteriormente aportado na Subsidiária Celg D:

Comentário do Desempenho

DATA	VALOR DO AFAC EM MIL
22/06/2009	717
29/09/2009	300
06/01/2010	509
09/04/2010	250
27/05/2010	250
09/06/2010	250
14/07/2010	150
16/08/2010	200
30/08/2010	200
13/09/2010	200
30/11/2010	249
06/04/2011	1.454
11/05/2011	1.454
07/07/2011	1.454
10/08/2011	1.454
19/09/2011	1.454
26/10/2011	1.455
29/12/2011	100.000
16/05/2012	1.270.111
TOTAL	1.382.111

Em função da Companhia ainda não possuir uma fonte própria de geração de Receita Operacional, observa-se a impossibilidade de se efetuar os cálculos dos indicadores relacionados a este parâmetro de análise.

De maneira geral, verifica-se que a Companhia apresenta baixos índices de liquidez em função dos valores das obrigações com terceiros serem proporcionalmente bem maiores do que os recursos aplicados no seu Ativo Circulante. De 01/01/2012 até 30/09/2012, observou-se que a maior concentração das obrigações da Companhia se refere à Provisão para Desvalorização em Participações Societárias Permanentes, efetuada em função da situação de Passivo a Descoberto ocorrida na Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D.

II – DESEMPENHO OPERACIONAL CONSOLIDADO

NÚMERO DE CONSUMIDORES

Comentário do Desempenho

CLASSES	set/12	set/11	ACRÉSCIMO	VARIAÇÃO
Residencial	-	1.971.099	(1.971.099)	-100,00%
Industrial	-	10.815	(10.815)	-100,00%
Comercial	-	216.402	(216.402)	-100,00%
Rural	-	166.207	(166.207)	-100,00%
Poderes Públicos	-	16.232	(16.232)	-100,00%
Iluminação Pública	-	617	(617)	-100,00%
Serviços Públicos	-	2.007	(2.007)	-100,00%
Consumo Próprio	-	286	(286)	-100,00%
Total	-	2.383.665	(2.383.665)	-100,00%
Suprimento	-	2	(2)	0,00%
TOTAL	-	2.383.667	(2.383.667)	-100,00%

A não divulgação do total consolidado de consumidores atendidos pela Controladora, sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT e sua Subsidiária Celg Distribuição S.A. – CELG D, nos três primeiros trimestres de 2012 se deve ao fato desta Subsidiária não ter composto o processo de consolidação dos resultados da Celgpar. Não obstante, apresenta-se abaixo o total de consumidores atendidos pela Subsidiária Celg D nos três primeiros trimestres de 2012:

CLASSES	set/12
Residencial	1.971.099
Industrial	10.815
Comercial	216.402
Rural	166.207
Poderes Públicos	16.232
Iluminação Pública	617
Serviços Públicos	2.007
Consumo Próprio	286
Total	2.383.665
Suprimento	2
TOTAL	2.383.667

Comentário do Desempenho**CONSUMO FATURADO – MWh**

CLASSES	JAN-SET/2012	JAN-SET/2011	ACRÉSCIMO	VARIAÇÃO
Residencial	-	2.563.516	(2.563.516)	-100,00%
Industrial	-	1.523.388	(1.523.388)	-100,00%
Comercial	-	1.467.008	(1.467.008)	-100,00%
Rural	-	888.515	(888.515)	-100,00%
Poderes Públicos	-	266.683	(266.683)	-100,00%
Iluminação Pública	-	382.420	(382.420)	-100,00%
Serviços Públicos	-	253.054	(253.054)	-100,00%
Consumo Próprio	-	5.226	(5.226)	-100,00%
Total	-	7.349.810	(7.349.810)	-100,00%
Suprimento	104.677	171.830	(67.153)	-39,08%
TOTAL	104.677	7.521.640	(7.416.963)	-98,61%

A não divulgação do total consolidado do consumo faturado pela Controladora, sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT e sua Subsidiária Celg Distribuição S.A. – CELG D, nos três primeiros trimestres de 2012 se deve ao fato desta Subsidiária não ter composto o processo de consolidação dos resultados da Celgpar. Não obstante, apresenta-se abaixo o total do consumo faturado pela Subsidiária Celg D nos três primeiros trimestres de 2012:

CLASSES	JAN-SET/2012
Residencial	2.563.516
Industrial	1.523.388
Comercial	1.467.008
Rural	888.515
Poderes Públicos	266.683
Iluminação Pública	382.420
Serviços Públicos	253.054
Consumo Próprio	5.226
Total	7.349.810
Suprimento	64.025
TOTAL	7.413.835

Comentário do Desempenho

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS CONSOLIDADOS

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados

Indicadores	30/09/2011	30/09/2012	Variação 30/09/2011 - 30/09/2012
Receita Operacional Bruta - ROB (R\$ mil)	61.344	66.206	7,93%
Receita Operacional Líquida - ROL (R\$ mil)	47.726	53.745	12,61%
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	17.192	20.043	16,58%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	9.510	10.167	6,91%
EBITDA (R\$ mil)	24.563	24.039	-2,13%
Prejuízo Líquido (R\$ mil)	(440.948)	(807.837)	83,20%
Margem EBIT - EBIT/ROL (%)	19,93%	18,92%	-5,06%
Margem EBITDA - EBITDA/ROL (%)	51,47%	44,73%	-13,09%
Margem Líquida - PREJUÍZO LÍQUIDO/ROL (%)	-923,92%	-1503,09%	62,69%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados

Indicadores	31/12/2011	30/09/2012	Variação 31/12/2011 - 30/09/2012
Liquidez Seca	0,05700	0,09810	72,12%
Liquidez Corrente	0,05889	0,10125	71,92%
Ativo Total - (R\$ mil)	536.321	447.697	-16,52%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	1.886.066	2.570.829	36,31%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(1.349.745)	(2.123.132)	57,30%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

De maneira geral, verifica-se que a Controladora, sua Controlada e sua Subsidiária apresentam baixos índices de liquidez em função dos valores das obrigações com terceiros serem proporcionalmente bem maiores do que os recursos aplicados no seu Ativo Circulante.

A situação de Passivo a Descoberto ocorrida na Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D acarretou alteração nos cálculos dos seguintes indicadores:

- 1) Geração de Caixa Operacional – EBITDA, que apresentou piora em função da não presença do efeito das despesas com depreciação da Subsidiária Celg D no processo de consolidação dos resultados da Celgpar;
- 2) Prejuízo Líquido Consolidado: especificamente no que concerne ao Resultado do Serviço e Resultado Financeiro dos três primeiros trimestres de 2012 da Subsidiária Celg D cujo efeito, no resultado consolidado da Celgpar, foi capturado pela adoção do Método da Equivalência Patrimonial como critério de avaliação do investimento permanente nesta subsidiária.

A Administração da Celgpar está avaliando todos os efeitos da Medida Provisória nº. 579/2012, que versa sobre a prorrogação das concessões do serviço público de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, com vistas a adotar todas as medidas cabíveis para a continuidade operacional destas concessões, e promover, no que couber, os ajustes necessários com vistas à divulgação no Balanço Patrimonial do exercício social a ser encerrado em 2012.

Notas Explicativas



**Companhia Celg de Participações -
CELGP**

**CNPJ 08.560.444/0001-93
CAPITAL ABERTO**

**Informações Trimestrais
Consolidadas em IFRS
Trimestre findo em 30 de
setembro de 2012**

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS			
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	31/12/2011	
				REAPRESENTADO	APRESENTADO	
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes a Caixa	3	15	711	40.855	33.728	211.707
Consumidores	4	-	-	6.573	3.088	686.722
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	-	-	(170)	(103)	(93.807)
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	52.307	53.980	53.980
Devedores diversos	5	-	-	1.388	659	43.887
Transações com Partes Relacionadas	31	-	-	5.339	4.313	-
Serviços em curso	10.2.a	-	-	-	-	51.925
Contas a receber - Estado de Goiás	10.2.c	-	-	-	-	17.055
Créditos Fiscais	10.2.d	-	-	-	-	17.452
Outros créditos	6/10.2.b	-	6	363	273	59.983
Estoques	7	-	-	3.424	3.193	33.598
Despesas antecipadas	-	-	-	145	121	121
Total do ativo circulante		15	717	110.224	99.252	1.082.623
NÃO CIRCULANTE						
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						
Consumidores	4	-	-	-	-	284.259
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	216.502	214.343	1.412.426
Fundos Vinculados	-	-	-	2.009	1.614	1.614
Programa Emergencial Redução Consumo Energia Elétrica	-	-	-	-	-	997
Devedores Diversos	5	-	-	-	-	128.193
Contas a Receber - Estado de Goiás	10.2.c	-	-	-	-	556.889
Créditos Fiscais	10.2.d	-	-	-	-	231.499
Outros Créditos	6/10.2.b	-	-	-	-	343.295
Bens e Direitos Destinados à Alienação	9	-	-	286	286	1.528
		-	-	218.797	216.243	2.960.700
INVESTIMENTOS	10	300.509	392.713	2.129	102.922	13.935
IMOBILIZADO	11	17	19	115.881	117.422	203.027
INTANGÍVEL	12	-	-	666	482	658.257
		300.526	392.732	118.676	220.826	875.219
Total do Ativo não Circulante		300.526	392.732	337.473	437.069	3.835.919
TOTAL DO ATIVO		300.541	393.449	447.697	536.321	4.918.542

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecci, José Carlos Aleluia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS		
		30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	31/12/2011
CIRCULANTE				REAPRESENTADO	APRESENTADO	
Fornecedores	15/10.2.e	266	-	1.036	670	1.429.539
Folha de Pagamento	-	33	-	419	438	10.379
Encargos da Dívidas	14	-	-	-	-	159.401
Tributos e Contribuições Sociais	16/10.2.f	89	12	1.597	1.052	652.933
Obrigações Estimadas	17	-	-	1.911	-	48.474
Empréstimos e Financiamentos	14	-	-	3.637	3.551	268.112
Taxas Regulamentares	18/10.2.g	-	-	2.410	2.571	1.139.323
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	10	1.033.030	1.574.638	1.033.030	1.630.437	-
Credores Diversos	-	-	-	-	-	152.413
Transações com Partes Relacionadas	31	661	661	41.410	46.340	4.392
Outros Credores	20	2.150	-	3.191	214	155.684
Total do Passivo Circulante		1.036.229	1.575.311	1.088.641	1.685.273	4.020.650
NÃO CIRCULANTE						
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	13	1.382.111	112.000	1.382.111	112.000	112.000
Fornecedores	15/10.2.e	-	-	-	-	20.245
Programa Emergencial de Redução Consumo Energia Elétrica	-	-	-	-	-	997
Empréstimos e Financiamentos	14	-	-	41.886	41.325	409.387
Tributos e Contribuições Sociais	16/10.2.f	-	-	-	-	416.922
Obrigações Estimadas	17	-	-	-	1.295	232.794
Taxas Regulamentares	18/10.2.g	-	-	-	-	582.594
Provisões para Contingências	19	173	84	562	234	373.181
Transações com Partes Relacionadas	31	-	-	52.469	45.939	-
Outros Credores	20	5.160	-	5.160	-	9.268
Total do Passivo não Circulante		1.387.444	112.084	1.482.188	200.793	2.157.388
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)						
Capital realizado	21	973.764	973.764	973.764	973.764	973.764
Prejuízos acumulados	21	(3.096.896)	(2.267.710)	(3.096.896)	(2.323.509)	(2.267.710)
Participação de Acionistas Não Controladores	21	-	-	-	-	34.450
		(2.123.132)	(1.293.946)	(2.123.132)	(1.349.745)	(1.259.496)
TOTAL DO PASSIVO		300.541	393.449	447.697	536.321	4.918.542

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Peterson Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albermaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
 CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011
 (Valores expressos em milhares de reais)

NE	CONTROLADORA - BR GAAP				CONSOLIDADO - IFRS					
	01/01/2012 - 30/09/2012	01/07/2012 - 30/09/2012	01/01/2011 - 30/09/2011	01/07/2011 - 30/09/2011	01/01/2012 - 30/09/2012	01/07/2012 - 30/09/2012	01/01/2011 - 30/09/2011	01/07/2011 - 30/09/2011		
					REAPRESENTADO	REAPRESENTADO	REAPRESENTADO	REAPRESENTADO		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	-	-	-	53.745	17.056	47.726	16.615	1.645.015	564.555
CUSTO OPERACIONAL	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia comprada para revenda	23	-	-	-	-	-	-	-	(197.563)	(289.479)
Encargo de uso do sistema de distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	(131.743)	(46.827)
Pessoal e Administradores	-	-	-	-	(7.674)	(3.084)	(5.594)	(1.982)	(113.338)	(40.822)
Entidade de Previdência Privada	-	-	-	-	(116)	(17)	(148)	(56)	-	-
Matérias	-	-	-	-	(148)	(24)	(283)	(228)	-	-
Serviços de terceiros	-	-	-	-	(3.153)	(873)	(3.009)	(1.078)	(204.930)	(65.591)
Depreciação	-	-	-	-	(3.733)	5.460	-	-	(85.790)	(28.704)
Antecipação do Ativo Financeiro - Concessões	-	-	-	-	(10.071)	(10.071)	(15.001)	(5.121)	-	-
Provisão/reversão de créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(87)	(14)	(29)	(14)	(27.270)	(34.393)
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	(215)	(67)	(206)	(58)	(3.916)	(1.306)
Recuperação de Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-	4.086	1.564
Tributos	-	-	-	-	(33)	(11)	(38)	-	(2.913)	(449)
Custo da Construção	-	-	-	-	(8.294)	(1.229)	(4.954)	(1.628)	(102.004)	(31.474)
Compensação Financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	-	-	(406)	(129)	(428)	(116)	(428)	(116)
Outros	-	-	-	-	(774)	(273)	(1.044)	(222)	(11.743)	(9.211)
					(14.664)	(10.312)	(30.634)	(10.546)	(1.480.108)	(511.911)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	-	19.061	6.744	16.892	6.071	164.907	33.394
DESPESAS OPERACIONAIS										
Despesas gerais e administrativas	24	(1.144)	(370)	(985)	(71)	(8.894)	(3.680)	(7.382)	(1.988)	(215.021)
		(1.144)	(370)	(985)	(71)	(8.894)	(3.680)	(7.382)	(1.988)	(215.021)
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL		(1.144)	(370)	(985)	(71)	10.167	3.064	9.510	4.103	(50.114)
OUTRAS RECEITAS		1.290	430	-	-	1.290	430	-	-	2.116
(1) Deduções a outras receitas		-	-	-	-	-	-	-	-	(207)
OUTRAS RECEITAS LÍQUIDAS		1.290	430	-	-	1.290	430	-	-	1.909
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS		(807.154)	117.527	(438.441)	(320.951)	(807.154)	117.527	(438.441)	(320.951)	(18.003)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E IMPOSTOS		(607.008)	117.587	(438.426)	(321.022)	(795.697)	121.021	(428.931)	(316.848)	(66.208)
RECEITAS FINANCEIRAS	28	6	-	4	4	2.982	863	1.742	865	40.758
Renditas		-	-	-	-	117	22	456	192	353.194
Variáveis Monetárias e Cambiais		-	-	-	-	12	1	6	6	41.395
Outras		-	-	-	-	4	-	-	-	430.545
DESPESAS FINANCEIRAS	28	6	-	4	4	2.711	886	2.204	857	110.009
Encargos de dívida		(5)	-	(28)	305	(9.005)	(3.148)	(8.848)	(2.858)	(447.482)
Variáveis Monetárias e Cambiais		-	-	(66)	159	(4.723)	(2.462)	(416)	(294.205)	(207.274)
Outras		(3)	(2)	(92)	464	(600)	(238)	(1.600)	(1.288)	(59.140)
RESULTADO FINANCEIRO	28	(8)	(2)	(88)	468	(14.181)	(5.848)	(13.948)	(4.383)	(809.812)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		(804)	(1.424)	(1.434)	98	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(807.814)	115.961	(440.948)	(320.456)	(807.851)	116.059	(440.875)	(320.354)	(440.675)
PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		(23)	-	-	-	(433)	(98)	(273)	(102)	(275)
Contribuição Social		(8)	-	-	-	(154)	(37)	(102)	(40)	(40)
Imposto de Renda		(15)	-	-	-	(279)	(61)	(171)	(62)	(171)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(807.837)	115.961	(440.948)	(320.456)	(807.837)	115.961	(440.948)	(320.456)	(440.948)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		-	-	-	-	-	-	-	-	-
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(807.837)	115.961	(440.948)	(320.456)	(807.837)	115.961	(440.948)	(320.456)	(440.948)
RESULTADO POR AÇÃO	29									
Resultado por ação ordinária - básico		(24.649)	3.538	(13.454)	(9.778)	(24.649)	3.538	(13.454)	(9.778)	(13.454)
Resultado por ação ordinária - diluído		(24.649)	3.538	(13.454)	(9.778)	(24.649)	3.538	(13.454)	(9.778)	(13.454)
OPERAÇÕES CONTINUADAS										
Resultado por ação ordinária - básico		(24.649)	3.538	(13.454)	(9.778)	(24.649)	3.538	(13.454)	(9.778)	(13.454)
Resultado por ação ordinária - diluído		(24.649)	3.538	(13.454)	(9.778)	(24.649)	3.538	(13.454)	(9.778)	(13.454)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Peterson Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Non Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
 Diretor -Presidente
 CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
 Diretor Vice-Presidente e de Relações com
 Investidores
 CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
 Diretor de Gestão Corporativa
 CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
 Contador-CRC-GO 13.496/O-8
 CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS PERÍODOS FINDOS EM
30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 CONSOLIDADOS COM A SUBSIDIÁRIA INTEGRAL CELG D
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA - BR GAAP				CONSOLIDADO - IFRS			
	01/01/2012 - 30/09/2012	01/07/2012 - 30/09/2012	01/01/2011 - 30/09/2011	01/07/2011 - 30/09/2011	01/01/2012 - 30/09/2012	01/07/2012 - 30/09/2012	01/01/2011 - 30/09/2011	01/07/2011 - 30/09/2011
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO PERÍODO	(807.837)	115.961	(440.948)	(320.456)	(807.837)	115.961	(440.948)	(320.456)
Outros Resultados Abrangentes	4.720	43.023	34.299	12.480	4.720	43.023	34.299	12.480
Realização da Reserva de Reavaliação	39.499	12.988	51.969	18.910	39.499	12.988	51.969	18.910
Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(13.430)	(4.415)	(17.670)	(6.430)	(13.430)	(4.415)	(17.670)	(6.430)
Ajuste de Exercício Anterior - Subsidiária Celg D	(55.799)	-	-	-	(55.799)	-	-	-
Aumento Valor Patrimonial do Investimento Celg D	34.450	34.450	-	-	34.450	34.450	-	-
Resultado Abrangente Consolidado do Período	(803.117)	158.984	(406.649)	(307.976)	(803.117)	158.984	(406.649)	(307.976)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS PERÍODOS FINDOS EM
30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 NÃO CONSOLIDADOS COM A SUBSIDIÁRIA INTEGRAL CELG D
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA - BR GAAP				CONSOLIDADO - IFRS			
	01/01/2012 - 30/09/2012	01/07/2012 - 30/09/2012	01/01/2011 - 30/09/2011	01/07/2011 - 30/09/2011	01/01/2012 - 30/09/2012	01/07/2012 - 30/09/2012	01/01/2011 - 30/09/2011	01/07/2011 - 30/09/2011
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO PERÍODO	(807.837)	115.961	(440.948)	(320.456)	(807.837)	115.961	(440.948)	(320.456)
Outros Resultados Abrangentes	60.519	43.023	34.299	12.480	60.519	43.023	34.299	12.480
Realização da Reserva de Reavaliação	39.499	12.988	51.969	18.910	39.499	12.988	51.969	18.910
Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(13.430)	(4.415)	(17.670)	(6.430)	(13.430)	(4.415)	(17.670)	(6.430)
Aumento Valor Patrimonial do Investimento Subsidiária Celg D	34.450	34.450	-	-	34.450	34.450	-	-
Resultado Abrangente Consolidado do Período	(747.318)	158.984	(406.649)	(307.976)	(747.318)	158.984	(406.649)	(307.976)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Peterson Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 30 DE SETEMBRO DE 2011 - INDIVIDUAL

(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2010	973.764	(1.605.424)	(631.660)
Prejuízo Líquido do Período	-	(440.948)	(440.948)
Saldos em 30 de setembro de 2011	973.764	(2.046.372)	(1.072.608)
	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2011	973.764	(2.267.710)	(1.293.946)
Prejuízo Líquido do Período	-	(807.837)	(807.837)
Resultado Abrangente - Ajuste de Exercício Anterior - Subsidiária Celg D	-	(55.799)	(55.799)
Outros Resultados Abrangentes do Período	-	34.450	34.450
Saldos em 30 de setembro de 2012	973.764	(3.096.896)	(2.123.132)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Peterson Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albermaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor-Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 30 DE SETEMBRO DE 2011 - CONSOLIDADA
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 CONSOLIDADOS COM A SUBSIDIÁRIA INTEGRAL CELG D
(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2010	973.764	(1.605.424)	(631.660)	34.450	(597.210)
Prejuízo Líquido do Período	-	(440.948)	(440.948)	-	(440.948)
Saldos em 30 de setembro de 2011	973.764	(2.046.372)	(1.072.608)	34.450	(1.038.158)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	973.764	(2.267.710)	(1.293.946)	34.450	(1.259.496)
Prejuízo Líquido do Período	-	(807.837)	(807.837)	-	(807.837)
Resultado Abrangente - Ajuste de Exercício Anterior - Subsidiária Celg D	-	(55.799)	(55.799)	-	(55.799)
Outros Resultados Abrangentes do Período	-	34.450	34.450	(34.450)	-
Saldos em 30 de setembro de 2012	973.764	(3.096.896)	(2.123.132)	-	(2.123.132)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 30 DE SETEMBRO DE 2011 - CONSOLIDADA
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 NÃO CONSOLIDADOS COM A SUBSIDIÁRIA INTEGRAL CELG D
(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2010	973.764	(1.605.424)	(631.660)	34.450	(597.210)
Prejuízo Líquido do Período	-	(440.948)	(440.948)	-	(440.948)
Saldos em 30 de setembro de 2011	973.764	(2.046.372)	(1.072.608)	34.450	(1.038.158)
Saldos em 31 de dezembro de 2011 - Reapresentado	973.764	(2.323.509)	(1.349.745)	-	(1.349.745)
Prejuízo Líquido do Período	-	(807.837)	(807.837)	-	(807.837)
Outros Resultados Abrangentes do Período	-	34.450	34.450	-	34.450
Saldos em 30 de setembro de 2012	973.764	(3.096.896)	(2.123.132)	-	(2.123.132)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
 Diretor - Presidente
 CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
 Diretor Vice-Presidente e de Relações com
 Investidores
 CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
 Diretor de Gestão Corporativa
 CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
 Contador-CRC-GO 13.496/O-8
 CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 30 DE SETEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS		
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011 REAPRESENTADO	30/09/2011 APRESENTADO
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Recebimentos de Clientes	-	-	57.331	57.007	2.642.758
Pagamentos:					
- Fornecedores	(351)	(1.005)	(3.958)	(7.624)	(1.242.140)
- Salários e Encargos	(320)	(293)	(13.806)	(10.168)	(204.985)
- Outras Desp Operacionais e Administrativas	(11)	(41)	(2.005)	(710)	(142.504)
- Tributos	(14)	(27)	(14.412)	(14.382)	(724.544)
Resultado Financeiro	-	-	1.783	1.019	9.467
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL LÍQUIDO	(696)	(1.366)	24.933	25.142	338.052
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
- Caixa Usado no Imobilizado e Investimentos	-	-	(15.462)	(9.800)	(10.299)
- Créditos e Dívidas com Pessoas Ligadas	-	(5.000)	-	-	-
- Recebimento de Dividendos	-	-	401	559	-
- Outros	-	-	(250)	3	3
	-	(5.000)	(15.311)	(9.238)	(10.296)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
- Outros Resultados Líquidos	8.600	-	8.600	-	(2.160)
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	(8.600)	7.270	-	7.270	7.270
- Pagamento de Dividendos	-	-	(419)	(419)	140
- Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-	2.527	-	20.000
- Pagamentos de Serviço da Dívida	-	-	(13.203)	(9.937)	(358.970)
	-	7.270	(2.495)	(3.086)	(333.720)
CAIXA LÍQUIDO DO PERÍODO	(696)	904	7.127	12.818	(5.964)
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	711	125	33.728	12.971	110.573
Saldo final de Caixa e Equivalentes	<u>15</u>	<u>1.029</u>	<u>40.855</u>	<u>25.789</u>	<u>104.609</u>
	(696)	904	7.127	12.818	(5.964)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor - Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 30 DE SETEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS		
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2011
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				REAPRESENTADO	APRESENTADO
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	-	-	66.206	61.344	2.720.597
Receitas relativas transf. Contas patrimoniais	-	-	-	-	23.610
Provisões/Reversões-Créditos Liq. Duvidosa	-	-	(67)	(29)	(27.270)
Outros Resultados	(805.864)	(438.441)	(805.864)	(438.441)	(16.094)
	<u>(805.864)</u>	<u>(438.441)</u>	<u>(739.725)</u>	<u>(377.126)</u>	<u>2.700.843</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custo da Energia Elétrica Comprada	-	-	-	-	929.306
Serviços de Terceiros	512	956	4.366	4.705	251.617
Materials	-	-	211	418	5.479
Outros Custos Operacionais	63	35	9.657	7.116	43.898
	<u>575</u>	<u>991</u>	<u>14.234</u>	<u>12.239</u>	<u>1.230.300</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(806.439)</u>	<u>(439.432)</u>	<u>(753.959)</u>	<u>(389.365)</u>	<u>1.470.543</u>
QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO					
Provisões Operacionais	118	(374)	357	(374)	(374)
Depreciação, amortização e exaustão	2	2	13.872	15.053	93.672
	<u>120</u>	<u>(372)</u>	<u>14.229</u>	<u>14.679</u>	<u>93.298</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	<u>(806.559)</u>	<u>(439.060)</u>	<u>(768.188)</u>	<u>(404.044)</u>	<u>1.377.245</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Receitas Financeiras	6	4	2.710	2.204	435.345
Resultado da Equivalência Patrimonial	(804)	(1.434)	-	-	-
	<u>(798)</u>	<u>(1.430)</u>	<u>2.710</u>	<u>2.204</u>	<u>435.345</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>(807.357)</u>	<u>(440.490)</u>	<u>(765.478)</u>	<u>(401.840)</u>	<u>1.812.590</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
PESSOAL	<u>374</u>	<u>292</u>	<u>14.415</u>	<u>11.318</u>	<u>229.568</u>
GOVERNO	<u>98</u>	<u>74</u>	<u>13.521</u>	<u>14.389</u>	<u>1.213.885</u>
FINANCIADORES	<u>8</u>	<u>92</u>	<u>14.423</u>	<u>13.401</u>	<u>810.085</u>
PREJÚZO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>(807.837)</u>	<u>(440.948)</u>	<u>(807.837)</u>	<u>(440.948)</u>	<u>(440.948)</u>
TOTAL	<u>(807.357)</u>	<u>(440.490)</u>	<u>(765.478)</u>	<u>(401.840)</u>	<u>1.812.590</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecci, José Carlos Aleluia Costa, Peterson Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(em milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**1.1 – Contexto operacional da Controladora**

A Companhia Celg de Participações - CELGP detém participações societárias nas seguintes sociedades:

<u>CONTROLADA</u>	<u>% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA</u>
<u>CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT</u>	<u>100 %</u>
<u>SUBSIDIÁRIA INTEGRAL</u>	<u>% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA</u>
<u>CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D</u>	<u>100 %</u>

1.2 - CONTEXTO OPERACIONAL DA SUBSIDIÁRIA INTEGRAL CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D

A Subsidiária CELG Distribuição S.A. - CELG D, sociedade de capital fechado, é concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Com a formalização do acordo de acionistas e acordo de gestão entre o Governo do Estado de Goiás, as Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras e a Celgpar, acordo este assinado em 24 de abril de 2012, verificou-se, tomando por base os pressupostos do CPC 36-R2 (Demonstrações Consolidadas – IAS 27), que a Eletrobras passou a deter a preponderância e controle sobre as deliberações sociais da Celg D, incluindo a indicação da maioria dos membros do Conselho de Administração e Fiscal da Subsidiária, bem como as respectivas diretorias: Presidência, Diretoria Econômico-Financeira, Diretoria Comercial, Diretoria Administrativa e Diretoria de Operação (Ver Nota Explicativa nº. 32-a - Eventos Subseqüentes e Nota Explicativa nº. 2.III.a-2 – Apresentação das Informações Trimestrais e Principais Práticas Contábeis – Procedimentos de Consolidação).

Seus principais objetivos sociais são as atividades de execução dos empreendimentos constantes do Plano de Eletrificação do Estado de Goiás e a realização de estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão e subestações inferiores a 230 KV, e redes de distribuição de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades.

A Subsidiária detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 237 municípios, 391 distritos e povoados no Estado de Goiás, com 2.459.001 clientes, abrangendo uma área de concessão de 336.871 km², regulada pelo Contrato de Concessão nº. 63 de 25 de agosto de 2000, celebrado entre a ANEEL, a Subsidiária

Notas Explicativas

e o acionista majoritário, o qual permanece com seu termo de vigência até 7 de julho de 2015, podendo ser prorrogado por um período de mais 20 anos (Ver Nota Explicativa nº. 32-b - Eventos Subsequentes)

A ANEEL editou em 06 de setembro de 2011 a Resolução Homologatória nº. 1.200, a qual publicou o resultado do reajuste anual das tarifas da Controlada, informando que as tarifas de fornecimento de energia elétrica ficam reajustadas em média 13,05% (treze vírgula cinco por cento). O Despacho Autorizativo nº. 2.153, de 29 de junho de 2012, da Superintendência de Regulação Econômica da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, explicita que a Subsidiária Celg D encontra-se adimplente com suas obrigações intrassetoriais desde o dia 29 de junho de 2012, tendo sido autorizado a aplicação deste reajuste tarifário.

1.3 - CONTEXTO OPERACIONAL DA CONTROLADA CELG GT

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGPAR, constituída em 15 de dezembro de 2005, com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás – CELG, determinado pelo Governo Federal conforme a Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004.

A Controlada CELG GT possui 03 usinas, todas hidrelétricas, linhas e subestações de transmissão pertencentes a rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. Estas concessões são as seguintes:

<u>Geração</u>	<u>Localidade</u>	<u>Contrato</u>	<u>Data concessão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Capacidade instalada (MW)</u>	<u>Capacidade utilizada (MW)</u>
Hidrelétricas:						
Rochedo	Rio Meia Ponte	62/2000	17/08/1999	07/07/2015	4,000	4,000
São Domingos ¹	Rio São Domingos	62/2000	22/05/1981	24/05/2011	12,000	12,000
Mosquito	Rio Mosquito	62/2000	17/08/1999	07/07/2015	0,360	0,360
					<u>16,360</u>	<u>16,360</u>

¹ - Em 14 de março de 2008 foi solicitada a renovação da concessão pela administração da Celg GT, estando esta renovação em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, bem como na esfera judicial.

Notas Explicativas

Transmissão	Localidade	Contrato	Data concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MVA)
Rede básica ¹	Goiás	63/2001	07/07/1995	05/12/2042	1.989

¹ - Ver Nota Explicativa nº. 32.c - Eventos Subseqüentes - Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica.

Em atendimento ao item 6 da ICPC 17 – Contratos de Concessão: Evidenciação, as divulgações significativas dos contratos de concessão de Geração e Transmissão de Energia Elétrica encontram-se relacionadas na Nota Explicativa 32-c – Eventos Subseqüentes, incluindo os efeitos advindos do Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, que regulamentou a MP nº. 579/2012.

Evidencia-se abaixo a apresentação das informações previstas no subitem c, do item 6 da ICPC 17:

CONTRATO	ATIVIDADE	DIREITOS DE USO	OPÇÃO DE RENOVAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/SOCIETÁRIA
62/2000	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	1) Não exercido para as Usinas de Rochedo e Mosquito; 2) Exercido para a Usina de São Domingos.	Classificado como Ativo Imobilizado, cuja remuneração é estipulada pelas respectivas Receitas Anuais Permitidas – RAPs desta atividade.
63/2001	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Exercido conforme assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- I. As informações trimestrais da Controladora, de sua Controlada e Subsidiária Integral são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: Legislação Societária (Leis nº. 6.404/76, nº. 10.303/2001, nº. 11.638/2007 e nº. 11.941/2009); disposições complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; pronunciamentos emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* - e normas específicas aplicáveis aos concessionários de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em função da participação acionária da holding nessas concessionárias.
- II. A Celgpar adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 30 setembro de 2012. As políticas contábeis detalhadas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais.

Notas Explicativas

III. As principais práticas contábeis utilizadas pela Controladora, sua Controlada e Subsidiária Integral são as seguintes:

a. Procedimentos de Consolidação

A consolidação das informações trimestrais da Companhia Celg de Participações - CELGPAR e sua controlada Celg GT foi efetuada de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei nº. 6.404/76 e Instrução CVM 247/96 com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM 269/97, 285/98, 464/08 e 469/08, bem como dos dispositivos determinados pelo CPC 36-R2 (Demonstrações Consolidadas – IAS 27).

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas a partir da informação trimestral individual da Celg GT, as quais foram ajustadas conforme a seguir descrito. Na elaboração das informações trimestrais consolidadas, foram observadas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e demais legislações pertinentes, inclusive a fiscal. O sumário dessas principais práticas contábeis, aplicáveis de forma uniforme à empresa incluída no processo de consolidação, está apresentado a seguir:

- a.1. Os valores a receber junto a empresas coligadas e sócios estão devidamente suportados por contratos. Nas informações trimestrais consolidadas, os saldos com a empresa inserida no processo de consolidação foram eliminados.
- a.2. Os investimentos na controlada e subsidiária são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas informações trimestrais consolidadas os saldos dos investimentos na controlada Celg GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada. O saldo do valor patrimonial do investimento na subsidiária Celg D permaneceu ajustado pela equivalência patrimonial nas informações trimestrais consolidadas, incluindo a respectiva provisão para desvalorização do investimento nessa participação societária, ou seja, os saldos patrimoniais e de resultado dessa subsidiária não foram consolidados com a Celgpar nas informações trimestrais de 30 de setembro de 2012. Os saldos patrimoniais e de resultado dessa subsidiária encontram-se devidamente consolidados nas datas base de 31 de dezembro de 2011 e 30 de setembro de 2011, por se tratarem de posições anteriores ao acordo de acionistas de 24 de abril de 2012, firmados entre a Eletrobras, Estado de Goiás e Celgpar. (Ver Nota Explicativa nº. 1.2).

Para melhor atendimento aos critérios contábeis de comparabilidade entre dois períodos distintos, serão também apresentados os saldos patrimoniais e de resultado da subsidiária Celg D em posição não consolidada nas datas base de 31 de dezembro de 2011 e 30 de setembro de 2011, ou seja, serão apresentadas Notas Explicativas em 3 (três) colunas, permitindo a comparação das seguintes posições: 30 de setembro de 2012 não consolidada com a Celg D comparativamente às posições de 31 de dezembro de 2011 e 30 de setembro de 2011 consolidando-se a Celg D, anteriormente apresentada à CVM – chamada nas Notas Explicativas de posição

Notas Explicativas

“APRESENTADA”, e não se consolidando a Celg D – chamada nas Notas Explicativas de posição “REAPRESENTADA”.

- a.3. As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da controlada Celg GT e de sua controlada em conjunto, consolidada proporcionalmente a partir da data em que o controle compartilhado se iniciou.

b. Caixa e equivalentes de Caixa

A Controladora, sua Controlada e sua subsidiária consideram como disponibilidades o saldo de caixa, depósitos em bancos e aplicações de curtíssimo prazo. As aplicações financeiras das mesmas estão demonstradas ao custo acrescido da remuneração contratada, reconhecida até a data das informações trimestrais.

c. Consumidores, concessionárias e permissionárias

Esses saldos incluem os valores faturados aos consumidores finais e concessionários revendedores, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do balanço.

As contas a receber também incluem os valores faturados aos consumidores e concessionários do Serviço Público de Energia Elétrica e usuários da Rede Básica pertencente ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e ainda, operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do trimestre.

d. Contas a Receber - Estado de Goiás

Os créditos a receber relativos a obras realizadas por ordem do Poder Executivo foram consolidados no exercício de 2003 e atualizados monetariamente em função de formalização do correspondente acordo com o Estado de Goiás. Em dezembro de 2005, os valores foram novamente consolidados.

e. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada e Subsidiária. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na nota 4.

f. Estoques

Notas Explicativas

Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e os destinados à construção, alocados no imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa seu valor de mercado.

g. Baixa Renda

Inclui os valores decorrentes de novos critérios de classificação de unidades consumidoras de subclasse residencial de baixa renda, estabelecidos pela Lei nº. 10.438/2002.

h. Ativo Financeiro – Bens da Concessão - Ver Notas Explicativas nº. 32-b e 32-c.

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por se tratar de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada no ativo financeiro com bens da concessão da distribuição, alocada na Subsidiária Celg D, é remunerada por meio do WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) regulatório, que consiste na remuneração do investimento, remuneração esta cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

O valor justo do ativo financeiro de distribuição será revisado trimestralmente, considerando a atualização pelo IGPM. Eventuais diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajustes de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Subsidiária Celg D, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para setembro de 2013), o ativo financeiro poderá ser reconhecido ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

Na Controlada Celg GT foi estimado o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor, sendo os efeitos de quaisquer mudanças posteriores tratados de forma prospectiva em suas informações trimestrais.

i. Investimentos

As participações societárias permanentes são registradas ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e registradas/avaliadas pela equivalência patrimonial em conformidade com a Instrução CVM nº. 247/1996 e CPC 18-R1 (Investimento em Coligada e em Controlada – IAS 28).

Conforme disposto no CPC 43-R1 (Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40), as demonstrações financeiras individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente

Notas Explicativas

não são consideradas, com esse método de avaliação, como estando conformes às normas internacionais de contabilidade.

Trata-se de exceção de caráter obrigatório/legal que diz respeito às demonstrações financeiras individuais de entidade que tenha investimento em controlada avaliado pelo método da equivalência patrimonial, critério este adotado pela Controladora. Verifica-se que o IASB não reconhece este tipo de demonstração, exigindo que, no caso da existência de controlada, a entidade elabore e divulgue, no lugar das demonstrações financeiras individuais, demonstrações consolidadas. O IASB admite as demonstrações individuais da investidora desde que o investimento seja avaliado pelo valor justo ou mesmo pelo custo, atribuindo a estas demonstrações o nome de demonstrações separadas, tornando-as diferentes das demonstrações individuais. Apesar disto a legislação societária brasileira exige a apresentação das demonstrações individuais e o próprio CPC as reconhece em seus pronunciamentos.

Por tudo isto, a controladora apresentará suas informações trimestrais individuais e consolidadas, por se tratar de exceção de caráter obrigatório/legal descrita no CPC 43-R1 (Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40), não sendo feita a apresentação das informações trimestrais separadas.

j. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens utilizados pela Administração no desenvolvimento da gestão da Celgpar, controlada e subsidiária, os quais são classificados pela Aneel como bens não elegíveis. Os mesmos foram registrados pelo correspondente Valor Novo de Reposição-VNR e são remunerados via empresa de referência, por meio de cálculos dos reajustes e revisões tarifárias.

Além destes bens não elegíveis, enquadram-se nesta rubrica os Bens vinculados à Concessão de Geração de Energia Elétrica, cujo direito de uso e exploração é remunerado pela Receita Anual Permitida – RAP estipulada pelo poder concedente.

k. Intangível - Ver Nota Explicativa nº. 32-b - Eventos Subsequentes

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelas concessionárias para ser utilizada como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, fundamentado no direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados, em consonância com as disposições do CPC 04-R1 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 e OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por impairment, quando aplicável.

A subsidiária Celg D entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excedem o seu valor recuperável. Tal aspecto está embasado pela metodologia de avaliação da Base Remuneratória Regulatória – BRR utilizada para cálculo da amortização, a qual é totalmente recuperada.

Notas Explicativas

l. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das informações trimestrais, de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças intertemporais são reconhecidos e fundamentados em garantias de sua realização em decorrência de obrigações fiscais diferidas de mesma natureza, lançados no resultado do trimestre.

m. Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das informações trimestrais, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar, controlada e subsidiária. Neste sentido e por conta das orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as empresas registraram provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

n. Provisão para Férias

A provisão para férias é calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 30 de setembro de 2012 e inclui os correspondentes encargos sociais. Essas provisões estão contabilizadas no grupo de obrigações estimadas.

o. Benefícios a Empregados

A Companhia, sua Controlada e Subsidiária são patrocinadoras da Fundação ELETRA. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência, observando-se os preceitos do Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados. Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais para determinação do valor presente das obrigações, conforme determina a Deliberação CVM nº. 600/2009.

p. Apuração de Resultado

Notas Explicativas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Celgpar, Controlada e Subsidiária, podendo ser confiavelmente mensurada, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17-R1 – Contratos de Construção e CPC 30-R1 – Receitas, mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receitas de construção e ou outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas empresas. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, sendo calculada em bases estimativas até a data do balanço.

O ativo financeiro indenizável é remunerado pela incidência do custo médio ponderado de capital regulatório (WACC regulatório) de 7,50% após os impostos, sendo esta receita incluída na receita operacional. Prospectivamente à adoção inicial da ICPC 01, a cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo intangível em formação (direito de uso da concessão) é o reconhecimento da receita de construção, considerando a proporção do trabalho executado até a data das informações trimestrais, com apuração de margem de lucro zero na subsidiária Celg D. As despesas operacionais são reconhecidas pelo regime de competência.

q. Estimativas

A preparação das informações trimestrais requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, assim como as divulgações de passivos contingentes. Apesar disto, possíveis imprecisões peculiares ao processo de sua determinação podem resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações quando da liquidação das respectivas transações.

A Celgpar, controlada e subsidiária revisam suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou perspectivas diferentes exigem o procedimento.

As principais estimativas relacionadas às informações trimestrais referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturada e as respectivas contas a receber;
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Avaliação de ativos financeiros a valor justo;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Prazos para pagamento e recuperação de créditos tributários relativos a imposto de renda e contribuição social diferidos;

Notas Explicativas

- Provisão para contingências relativas às ações judiciais.

r. PIS e COFINS

Na subsidiária Celg D o PIS e a COFINS são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução da receita pelo regime de competência e, segundo a legislação em vigor, pelo regime não cumulativo, sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente.

Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre os custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas Demonstrações Financeiras, conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº. 1, de junho de 2004.

Os valores de PIS e COFINS, apurados pelo resultado da venda de energia elétrica e deduções da receita, são repassados integralmente aos consumidores nas faturas de energia e consideram a neutralidade fiscal com as respectivas alterações contábeis ocorridas com a edição dos CPC e em convergência às IFRS.

s. Imposto de Renda e Contribuição Social

São provisionados ou constituídos Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais, Base Negativa de Contribuição Social e diferenças intertemporais, limitados às obrigações de mesma natureza, sendo seus efeitos lançados no resultado do trimestre.

t. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Celgpar, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações trimestrais individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações trimestrais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Notas Explicativas

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais. O saldo em 30 de setembro de 2012 corresponde às aplicações nos bancos Bradesco, Itaú, e Caixa Econômica Federal, remuneradas em condições e taxas normais de mercado, efetuadas pela Controladora e sua Controlada, conforme abaixo representado:

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	31/12/2011
Caixa e depósitos bancários à vista	4	16	2.138	1.945	46.059
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				REAPRESENTADO	APRESENTADO
- Aplicações - resgate automático	11	695	11	695	695
- Certificados de Depósito Bancário (CDB)	-	-	38.706	31.088	39.081
- Fundos de Investimento	-	-	-	-	125.872
TOTAL (a)	15	711	40.855	33.728	211.707

(a) O saldo consolidado de Caixa e Equivalentes de Caixa, do exercício social encerrado em 31/12/2011, não contém o saldo final referente à Celg Distribuição S.A. - Celg D, subsidiária da Celgpar retirada do processo de consolidação nessas informações trimestrais, cujo controle sobre as deliberações sociais passou a ser exercido pela Eletrobras após a assinatura do acordo de acionistas e de gestão em 24 de abril de 2012.

NOTA 4 – CONSUMIDORES

Notas Explicativas

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO		
	30/09/2012	31/12/2011	31/12/2011
		REAPRESENTADO	APRESENTADO
		RECLASSIFICADO	
<u>CIRCULANTE</u>			
Consumidores			
- Faturados	-	-	410.698
- Não Faturados	-	-	83.947
- Acréscimos Moratórios	-	-	34.909
- Efeitos do Regime Especial de Tarifação	-	-	(54)
- Encargos Capacidade Emergencial	-	-	3
- Parcelamentos	-	-	132.981
- Contribuição Iluminação Pública - CIP	-	-	12.103
- Outros Créditos	-	-	6.001
Total	-	-	680.588
Concessionárias			
- Suprimento	2.471	3.040	3.758
- Transmissão de Energia Elétrica	4.089	3.884	-
- Variação e Acréscimos Moratórios	-	-	438
Total	6.560	6.924	4.196
Comercialização no âmbito do CCEE			
- Energia Curto Prazo	-	-	1.890
Total	-	-	1.890
Outras Rendas			
- Outras Rendas	13	48	48
Total	13	48	48
TOTAL CIRCULANTE	6.573	6.972	686.722
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Consumidores			
- Prefeituras	-	-	284.259
Total	-	-	284.259
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	284.259
TOTAL CONSUMIDORES	6.573	6.972	970.981

Composição do Contas a Receber:

Notas Explicativas

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	30/09/2012					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 30/09/2012	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 30/09/2012	SALDO 30/09/2012
Concessionárias						
Suprimento	2.471	-	-	2.471	-	2.471
Transmissão de Energia Elétrica	4.089	-	-	4.089	-	4.089
Outras Rendas	13	-	-	13	-	13
Varição/Acrésc. Moratórios	-	-	-	-	170	(170)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	6.573	-	-	6.573	170	6.403
TOTAL DO CIRCULANTE	6.573	-	-	6.573	170	6.403
TOTAL CONSUMIDORES	6.573	-	-	6.573	170	6.403

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	31/12/2011					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2011	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/12/2011	SALDO 31/12/2011
	REAPRESENTADO RECLASSIFICADO	REAPRESENTADO RECLASSIFICADO	REAPRESENTADO RECLASSIFICADO	REAPRESENTADO RECLASSIFICADO	REAPRESENTADO RECLASSIFICADO	REAPRESENTADO RECLASSIFICADO
Concessionárias						
Suprimento	3.040	-	-	3.040	-	3.040
Transmissão de Energia Elétrica	3.884	-	-	3.884	-	3.884
Outras Rendas	48	-	-	48	-	48
Varição/Acrésc. Moratórios	-	-	-	-	103	(103)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	6.972	-	-	6.972	103	6.869
TOTAL DO CIRCULANTE	6.972	-	-	6.972	103	6.869
TOTAL CONSUMIDORES	6.972	-	-	6.972	103	6.869

Notas Explicativas

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	31/12/2011					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID.	SALDO
APRESENTADO	APRESENTADO	APRESENTADO	31/12/2011 APRESENTADO	31/12/2011 APRESENTADO	31/12/2011 APRESENTADO	
Residencial	79.089	42.739	13.903	135.731	16.966	118.765
Industrial	42.926	8.304	16.342	67.572	3.508	64.064
Com./ Serv./ Outras Atividades	39.070	15.073	14.182	68.325	10.037	58.288
Rural	12.343	9.165	6.514	28.022	1.034	26.988
Poderes Públicos						
- Federal	3.310	126	200	3.636	-	3.636
- Estadual	5.838	4.378	23.700	33.916	-	33.916
- Municipal	6.181	3.486	20.998	30.665	170	30.495
Iluminação Pública	10.527	1.649	14.254	26.430	1.303	25.127
Serviço Público	14.134	637	1.630	16.401	-	16.401
SUB TOTAL	213.418	85.557	111.723	410.698	33.018	377.680
Não Faturado	83.947	-	-	83.947	-	83.947
Variação/Acréc. Moratórios	34.909	-	-	34.909	-	34.909
Efeitos Reg. Esp. Tarifação	(54)	-	-	(54)	-	(54)
Encargo Cap. Emergencial	3	-	-	3	3	-
Parcelamentos	114.398	2.177	16.406	132.981	35.392	97.589
Contr. Iluminação Pública	6.286	3.709	2.108	12.103	-	12.103
Outros Créditos	6.001	-	-	6.001	25.291	(19.290)
SUB TOTAL	245.490	5.886	18.514	269.890	60.686	209.204
TOTAL CONSUMIDORES	458.908	91.443	130.237	680.588	93.704	586.884
Concessionárias						
Suprimento	3.478	-	-	3.478	-	3.478
Energia Curto Prazo	1.890	-	-	1.890	-	1.890
Outras Rendas	48	-	-	48	-	48
Variação/Acréc. Moratórios	718	-	-	718	103	615
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	6.134	-	-	6.134	103	6.031
TOTAL DO CIRCULANTE	465.042	91.443	130.237	686.722	93.807	592.915
Parcelamento-Poder Público	-	-	284.259	284.259	-	284.259
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	-	-	284.259	284.259	-	284.259
TOTAL CONSUMIDORES	465.042	91.443	414.496	970.981	93.807	877.174

a. Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração as informações divulgadas por ela. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por este órgão, os valores são estimados pela Controlada.

b. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, consolidada no trimestre findo em 30 de setembro de 2012:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO CIRCULANTE
Saldo em 31 de dezembro de 2011 - Reapresentado	103
Provisão no período	67
Saldo em 30 de setembro de 2012	170

c. A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Notas Explicativas**NOTA 5 - DEVEDORES DIVERSOS**

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	30/09/2012	31/12/2011	31/12/2011	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
		REAPRESENTADO	APRESENTADO	
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSAVEIS				
IRRF Art.34 da Lei nº 10.833	903	406	2.060	-
COFINS Art. 34 da Lei nº 10.833	291	162	1.129	-
CSLL Art.34 da Lei nº 10.833	97	54	376	-
PIS/PASEP - Parecer Cosit nº 27	63	35	35	-
PIS/PASEP Art. 34 da Lei nº 10.833	-	-	210	-
IRRF S/Aplicações Financeiras	-	-	387	-
ICMS Lei Complementar nº 102	-	-	-	86.211
ICMS Faturas Canceladas	-	-	-	41.912
SUB-TOTAL	1.354	657	4.197	128.123
Fornecedores	-	-	337	-
Empregados	-	-	670	-
Eletrobrás	-	-	22.593	-
Outros	34	2	16.090	70
SUB-TOTAL	34	2	39.690	70
TOTAL GERAL	1.388	659	43.887	128.193

NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	31/12/2011
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
			REAPRESENTA	APRESENTADO	NÃO CIRCULANTE
Consumidor Baixa Renda	-	-	-	-	331.114
Alienação de Bens e Direitos	-	-	-	-	7.973
Cauções e Depósitos	-	6	-	52	37.352
Eletrobrás	-	-	-	-	1.290
Funcionários a Disposição	-	-	-	-	1.756
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	4.798
Outros - inclui AFAC Energética Corumbá III	-	-	357	200	6.793
Adiantamento a Fornecedores	-	-	6	21	21
TOTAL	-	6	363	273	343.295

NOTA 7 – ESTOQUES

Os estoques são compostos de materiais destinados à manutenção e operação das instalações, bem como de materiais de consumo na administração.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	30/09/2012	31/12/2011	31/12/2011
		REAPRESENTADO	APRESENTADO
Estoque Total	3.424	3.193	33.598
TOTAL	3.424	3.193	33.598

Notas Explicativas**NOTA 8 – ATIVO FINANCEIRO – BENS DA CONCESSÃO - VER NOTAS EXPLICATIVAS Nº. 32-B E 32-C**

Os bens utilizados na execução dos serviços objeto da concessão de distribuição de energia elétrica, na subsidiária Celg D, e aos relacionados aos serviços de construção, operação e manutenção da concessão de transmissão de energia elétrica, na controlada Celg GT, estão registrados no ativo financeiro em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 e Pronunciamento Técnico OCPC 05 – Contratos de Concessão. Os referidos valores são classificados como disponíveis para venda em razão da garantia contratual de indenização ao final da concessão.

ATIVO FINANCEIRO BENS DA CONCESSÃO	CONSOLIDADO		
	30/09/2012	31/12/2011 REAPRESENTADO RECLASSIFICADO	31/12/2011 APRESENTADO
<u>CIRCULANTE</u>			
- Ativo Financeiro - Bens da Concessão Transmissão	52.307	50.096	53.980
TOTAL CIRCULANTE	<u>52.307</u>	<u>50.096</u>	<u>53.980</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
- Ativo Financeiro - Bens da Concessão Distribuição	-	-	1.198.083
- Ativo Financeiro - Bens da Concessão Transmissão	216.502	214.343	214.343
TOTAL NÃO CIRCULANTE	<u>216.502</u>	<u>214.343</u>	<u>1.412.426</u>
TOTAL GERAL	<u>268.809</u>	<u>264.439</u>	<u>1.466.406</u>

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO - BENS DA CONCESSÃO:

Descrição	CONSOLIDADO			
	31/12/2011	Adições	Amortização	30/09/2012
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	264.748	14.441	(10.071)	269.118
Obrigações especiais	(309)	-	-	(309)
Total	<u>264.439</u>	<u>14.441</u>	<u>(10.071)</u>	<u>268.809</u>

Notas Explicativas

RECLASSIFICAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO - BENS DA CONCESSÃO:

	Consolidado		Consolidado
	31/12/2011	RECLASSIFICAÇÃO	31/12/2011
	APRESENTADO		RECLASSIFICADO
Contas a Receber - Circulante	3.088	3.884	6.972
Ativo financeiro - Bens da concessão	268.323		264.439
Circulante (a)	53.980	(3.884)	50.096
Não circulante	214.343		214.343
	268.323		264.439

(a) Refere-se a reclassificação de valores referentes aos encargos de transmissão de energia elétrica e outras rendas.

NOTA 9 – BENS E DIREITOS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	30/09/2012	31/12/2011	31/12/2011
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE REAPRESENTADO	NÃO CIRCULANTE APRESENTADO
Bens e Direitos Destinados a Alienação - SE Mambai	286	286	-
Terrenos e Edificações-Vila Operária de Cachoeira Dourada GO	-	-	1.525
Terreno - Cidade de Inhumas GO	-	-	3
TOTAL	286	286	1.528

NOTA 10 - INVESTIMENTOS - VER NOTA EXPLICATIVA Nº. 2.i

INVESTIMENTOS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	31/12/2011
			REAPRESENTADO	REAPRESENTADO	APRESENTADO
Participações em Controladas (a)	291.909	292.713	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (b)	8.600	100.000	-	100.000	-
Outros Investimentos	-	-	-	-	49
Centro de Recreação e Lazer dos Empregados	-	-	-	-	2.889
Terrenos (c)	-	-	-	-	5.761
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	682
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	1.632
Participações Societárias Permanentes (e)	-	-	9	8	8
Energética Corumbá III S/A - ECIII (b)	-	-	1.904	2.698	2.698
Energética Fazenda Velha (d)	-	-	216	216	216
TOTAL	300.509	392.713	2.129	102.922	13.935

- (a) Em atendimento aos preceitos da Lei 11.941/2009 e CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/2007, a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT reclassificou para o Grupo de Investimentos, o Ativo Diferido referente a parte do custo financeiro da Energética Corumbá III, concernente ao atraso de aportes no Consórcio Empreendedor Corumbá III, regulado pela Ata da 10ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Energética Corumbá III.
- (b) Refere-se a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital efetuado na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT, no valor de R\$ 8.600 mil (Ver Nota Explicativa nº. 32-d - Eventos Subsequentes);
- (c) Tratam-se dos seguintes imóveis da Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D: 1) Imóvel na Cidade de Goiânia-GO, no valor de R\$ 3.050 mil, retomado por ação de rescisão contratual cominada com reintegração de posse com pedido de tutela antecipada em face do Clube Jaó; 2) Terreno na Cidade de São Carlos-SP, no valor de R\$ 1.104 mil, recebido em dação de pagamento

Notas Explicativas

de contas de energia elétrica da Unidade Consumidora Shopping Bougainville em Goiânia-GO; e 3) Outros terrenos no valor de R\$ 1.607 mil; todos registrados ao custo de aquisição líquido de provisão para perdas quando aplicável.

- (d) Valor referente à participação e aportes para futuro aumento de capital, efetuados pela Controlada Celg GT, na Energética Fazenda Velha;
- (e) Trata-se de integralização de capital, efetuada pela Controlada Celg GT, referente à participação na Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celg (SICOOB CREDCELG).

10.1 Investimentos em Controlada e Subsidiária

As principais informações sobre os investimentos em Controlada e Subsidiária são apresentadas a seguir:

DESCRÇÃO	INVESTIMENTO DA CELGPAR NA			
	CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. CELG D		CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. CELG GT	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
	REAPRESENTADO			
Capital Social da Controlada	524.869	390.419	321.125	321.125
Quantidade de Ações	44.069	32.780	321.125	321.125
% da Participação Societária	100%	100%	100%	100%
Patrimônio Líquido da Controlada	(1.033.030)	(1.440.187)	291.909	292.713
Investimento antes da Equivalência Patrimonial	(1.440.187)	(886.021)	292.713	292.463
Aumento em Recursos Destinados a Aumento de Capital (a)	-	100.000	8.600	-
Aumento de Capital	1.270.110	-	-	-
Resultado da Provisão para Desvalorização das Participações em Controladas	(807.154)	(660.687)	-	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-	(804)	250
Ajustes de Exercício Anterior (b)	(55.799)	(55.799)	-	-
Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	(134.450)	-	-
Valor Patrimonial do Investimento	-	-	300.509	292.713
Provisão para Desvalorização das Participações em Controladas (c)	(1.033.030)	(1.636.957)	-	-

(a) Refere-se a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital efetuado na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, no valor de R\$ 8.600 mil;

(b) No ano de 2009, visando reduzir o custo com pessoal próprio, a Subsidiária Celg D aprovou um Plano de Demissão Voluntária - PDV, no qual garantiu algumas vantagens financeiras aos empregados que aderissem ao referido programa. Neste contexto, os custos efetivamente realizados até o encerramento do exercício de 2011 foram registrados em desacordo com o CPC 33 (Benefícios a Empregados), o que motivou, nesta subsidiária, o registro em junho de 2012 do montante de R\$ 55.799 mil como Ajustes de Exercício Anterior. Este montante foi levado, pela equivalência patrimonial, ao valor patrimonial do investimento da Celgpar nessa subsidiária, não tendo sido reapresentado o balanço consolidado da Celgpar em 31/12/2011 em decorrência deste ajuste de exercício anterior, visto esta subsidiária ter sido excluída do processo de consolidação em 30 de setembro de 2012 (Ver Nota Explicativa nº. 1.2);

(c) Ao valor patrimonial do investimento foi deduzida a provisão para Desvalorização das Participações Societárias, apresentada em conta específica do Passivo Circulante, conforme Art.12, parágrafo 1º da Instrução CVM nº. 247, de 27 de março de 1996. O saldo desta conta (evidenciado no quadro abaixo) é composto, em 30 de setembro de 2012, pela Provisão para Desvalorização da Participação Societária na Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D, no total de R\$ 1.033.030 mil.

10.1.a - Investimentos em Subsidiária com Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto):

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	31/12/2011
Provisão para Desvalorização das Participações em Controladas	1.033.030	1.630.437	1.033.030	1.630.437	-
TOTAL	1.033.030	1.630.437	1.033.030	1.630.437	-

10.2 Investimento na Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D

Em função da exclusão da posição patrimonial e de resultado da Subsidiária Celg D do montante consolidado na posição de 30 de setembro de 2012, evidenciam-se abaixo os principais fatores e assuntos que podem afetar o valor patrimonial do investimento efetuado nessa subsidiária.

10.2.a – Serviços em Curso

Os serviços prestados a terceiros basicamente são decorrentes dos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, conforme Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000.

10.2.b – Outros Créditos – Créditos de Consumidores de Baixa Renda

Por meio da Lei nº. 10.438/2002, o Governo Federal ampliou a faixa de consumo da classe de consumidores Baixa Renda e conseqüentemente reduziu a receita das distribuidoras. Visando recompor o equilíbrio econômico-financeiro das mesmas, foi editada a Lei nº. 10.604 normatizando a subvenção de igual valor via Eletrobrás.

A Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D no período compreendido entre 6 de novembro e 8 de dezembro de 2006 passou por um processo de fiscalização pela Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, a qual teve a finalidade de verificar a utilização dos critérios estabelecidos para o enquadramento dos consumidores no benefício tarifário de baixa renda, conforme Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002, que regula a aplicação do benefício automaticamente com base no consumo medido até 79 kWh, a de nº 485, de 29 de agosto de 2002, que estabelece os critérios para a concessão do benefício de baixa renda a consumidores com média de consumo entre 80 e 220 kWh, desde que o portador de Número de Inscrição Social do Governo Federal – NIS; e a nº 89, de 25 de outubro de 2004, que estabelece a metodologia para cálculo da subvenção econômica a ser concedida à concessionária.

O resultado da citada fiscalização culminou na emissão do Termo de Notificação nº 001/2007, no valor de R\$ 36.390, encaminhado à Subsidiária Celg D através do Ofício nº 303/AGR/2007-PRE, de 6 de fevereiro de 2007. A Subsidiária encaminhou resposta através da carta PR-0306/07, de 2 de março de 2007, manifestando-se sobre as não conformidades e determinações do referido termo, citando inclusive a Resolução ANEEL nº. 245, de 19 de dezembro de 2006 (editada após a conclusão da fiscalização da AGR), na qual a Agência reconhece a possibilidade de haver a duplicidade do benefício, devendo a concessionária regularizar a titularidade da unidade consumidora ou obter, do morador efetivo, declaração assinada de que não pode fazer a devida transferência de titularidade.

Em resposta à manifestação da Subsidiária, a AGR encaminhou o Ofício nº 418/2007-PRE informando que o valor constante do termo de notificação em referência será revisto à medida que se for comprovando a inexistência de duplicidade do benefício. Em 18 de dezembro de 2007, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 297 anulando o artigo 3º da Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002. Em função dessa anulação, a Controlada encaminhou à AGR o Ofício nº PR-132/02, de 21 de janeiro de 2008, solicitando a anulação do relatório de

Notas Explicativas

fiscalização que motivou a emissão do Termo de Notificação nº 001/2007. Em resposta, a Agência expediu o Ofício nº 029/2008-DED-AGR informando que os valores serão revistos, considerando a nova metodologia de cálculo requisitada pela Aneel.

A realização da subvenção econômica de Baixa Renda anteriormente classificada no Ativo Não Circulante da Subsidiária Integral Celg D, prevista no acordo efetuado entre o Estado de Goiás e a Eletrobras, com interveniência da Celgpar e Celg D, foram utilizados na contrapartida de quitação de obrigações para com o Sistema Eletrobras.

10.2.c – Créditos com o Estado de Goiás

O montante dos créditos da Subsidiária Celg D com o Estado de Goiás corresponde aos seguintes elementos:

- (a) Lei nº. 13.062/97 de 9 de maio de 1997.

Refere-se a valores não repassados pelo Governo Estadual à Subsidiária, para fazer face às amortizações dos empréstimos e financiamentos contratados para a construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, objeto da cisão desta no exercício social de 2006.

- (b) Parcelamento.

Em 29 de dezembro de 2005, foi assinado entre o Estado de Goiás e a Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D o Quarto Termo Aditivo ao Termo de Encontro de Contas, de 25 de julho de 2001, o qual foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através do Despacho nº. 528 de 5 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União em 6 de março de 2007.

O saldo devedor desse Termo foi atualizado monetariamente pela variação do IGPM e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês.

O valor de R\$ 1.600.000 mil foi pago à Subsidiária pelo Estado de Goiás, mediante a utilização de parte dos recursos da 1ª tranche do empréstimo obtido pelo mesmo junto a Caixa Econômica Federal – CAIXA, liberada em 29 de dezembro de 2011.

Este empréstimo faz parte das negociações em andamento entre o Estado de Goiás e as Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, definidas no Protocolo de Intenções assinado em 15 de dezembro de 2011 e, por sua vez, referendadas no acordo de acionistas assinado em 24 de abril de 2012.

10.2.d – Créditos Fiscais

A Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D mantém ativados créditos tributários relativos à base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e diferenças intertemporais. Esses valores são ativados levando-se em consideração a garantia de sua realização, uma vez que existem obrigações fiscais de mesma natureza (Ver Nota 16 - Tributos e Contribuições Sociais).

10.2.e – Contratos com Fornecedores

As principais informações acerca dos contratos com fornecedores da subsidiária Celg D encontram-se abaixo discriminadas:

Notas Explicativas

- (a) FURNAS: Refere-se ao suprimento mensal e ao instrumento particular de confissão de dívida assinado em 12 de dezembro de 2003 pela Celg D, relativo a débitos de energia própria e saldo do instrumento particular de novação e confissão de dívida assinado em 8 de janeiro de 2000. A dívida foi negociada em 216 meses. O saldo da dívida é atualizado “pro rata die” da variação acumulada do IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de juros de 1% ao mês, “pro rata die”.
- (b) ELETROBRAS/ITAIPU: Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica firmado entre a Celg D e a Eletrobras/Itaipu, bem como ao Termo de Confissão e Repactuação de dívidas celebradas entre essa subsidiária e a Eletrobras, o qual foi assinado em 29 de junho de 2012. Sendo a primeira parcela vincenda em 31 de janeiro de 2013, com recursos da 3ª tranche do empréstimo do Governo do Estado de Goiás e a Caixa. O saldo devedor, após a amortização da primeira parcela, será pago em 60 parcelas mensais vencíveis em 30 de junho de 2014 e a última em 30 de maio de 2019;
- (c) Centrais Elétricas de Cachoeira Dourada (CDSA): Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica e dois termos de acordo firmados entre a Celg D e a CDSA. Em 29 de dezembro de 2011 foi assinado um novo termo, denominado PRGE 077/2012, onde o saldo da dívida será atualizado pela variação da taxa Selic, acrescido de juros de 2% ao ano ou fração, a partir da data da assinatura até a data do seu efetivo pagamento;
- (d) CHESF, CESP e ELETRONORTE: Refere-se aos contratos de suprimento de energia elétrica firmados pela Celg D com a CHESF, CESP e ELETRONORTE, e ao Termo de Acordo e parcelamento assinado entre a Controlada e a CESP, cujo montante será atualizado “pro rata die” pela variação da SELIC, acrescido de juros de 1% a.a;
- (e) A quitação parcial das obrigações de suprimento de energia de Itaipu e Cachoeira Dourada – CDSA, por parte da Celg D, ocorreu mediante o ingresso de recursos advindos do pagamento parcial dos créditos da Controlada com o Estado de Goiás, supridos por parte dos recursos obtidos na operação de crédito realizada pelo Governo de Goiás junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA, da qual foi liberada em 29 de dezembro de 2011 a 1ª tranche, e 2ª tranche, de 16 de maio de 2012, conforme previsto no Protocolo de Intenções, assinado entre o Estado de Goiás e a Eletrobras em 15 de dezembro de 2011.

10.2.f – Parcelamento de ICMS

Foi firmado um Termo de Acordo de Parcelamento de Débito de ICMS entre a Subsidiária Celg D e a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, o qual foi assinado em 29 de dezembro de 2011. O montante foi parcelado em três parcelas e será acrescido de juros de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês), e 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) de atualização monetária.

A quitação parcial das obrigações tributárias de ICMS, por parte da Subsidiária Celg D, ocorreu mediante o ingresso de recursos advindos do recebimento parcial dos créditos da Subsidiária com o Estado de Goiás, supridos pela captação de operação de crédito realizada pelo Governo de Goiás junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA.

10.2.g – Taxas Regulamentares

- (a) QUOTA DE RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO – RGR / QUOTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC / CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE: Refere-se às quotas mensais e ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívidas celebradas entre a Celg D e a Eletrobras, o qual foi assinado em 29 de junho de 2012. O montante foi parcelado em 60 meses, com vencimento dia 30 de cada mês, sendo a primeira parcela vincenda em 30 de maio de 2014. O valor da parcela de amortização será calculado mediante a divisão do saldo devedor pelo número de prestações

Notas Explicativas

devidas, sendo o saldo devedor atualizado pro rata temporis pela variação da SELIC ao mês, pro rata die, os quais deverão ser pagos todo o dia 30 de cada mês, contados a partir de 30 de junho de 2012;

- (b) A quitação parcial da Taxa de Fiscalização e Cota de Consumo de Combustível – CCC ocorreu mediante o ingresso de recursos advindos do recebimento parcial dos créditos da Celg D com o Estado de Goiás, supridos pelos recursos do empréstimo do Governo junto a Caixa Econômica Federal – CAIXA, do qual foi liberada, em 29 de dezembro de 2011, a 1ª tranche prevista no Protocolo de Intenções, assinado entre o Governo de Goiás e a Eletrobras, em 15 de dezembro de 2011.

10.3 Outros Investimentos – Energética Corumbá III

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT controla de forma conjunta o Consórcio Empreendedor Corumbá III, que tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III na qualidade Produtores Independentes de Energia. A usina encontra-se em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW.

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Energética Corumbá III	CELG Geração e Transmissão S.A.	37,5%
	Strata Construtora e Concessionária Integradas S.A.	12,5%
	Energy Power Ltda.	12,5%
	CEB - Companhia Energética de Brasília	37,5%
TOTAL		<u>100,0%</u>

NOTA 11 – IMOBILIZADO

Os bens do Ativo Imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação e amortização acumulada.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815 de 30 de novembro de 1994, às taxas constantes na tabela anexa à Resolução ANEEL nº 2 de 24 de dezembro de 1997 e nº 44 de 17 de março de 1999, atualizada pela Resolução nº 240 de 5 de dezembro de 2006, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				
	30/09/2012			31/12/2011	
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Móveis e Utensílios	26	10,00%	(9)	17	19
TOTAL	26		(9)	17	19

Movimentação:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	Saldos em 31/12/2011	Depreciação	Saldos em 30/09/2012
Imobilizado em Serviço	26	-	26
(-) Depreciação	(7)	(2)	(9)
Total do Custo	19	(2)	17

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO					
	30/09/2012			31/12/2011		31/12/2011
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO REAPRESENTADO	VALOR LÍQUIDO APRESENTADO
Em serviço:						
Intangíveis	-	0,00%	-	-	-	9.542
Reservatórios, Barragens e adutoras	64.120	2,00%	(13.016)	51.104	52.013	52.013
Terrenos	11.499	0,00%	-	11.499	9.993	10.936
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	34.476	2,00%	(16.983)	17.493	18.918	25.064
Máquinas e Equipamentos	40.252	10,00%	(13.791)	26.461	27.568	54.400
Veículos	27	20,00%	(20)	7	9	149
Móveis e Utensílios	118	10,00%	(57)	61	66	2.928
Subtotal	150.492		(43.867)	106.625	108.567	155.032
Em curso:						
Intangíveis	-	-	-	-	-	1.333
Geração	9.063	-	-	9.063	8.825	8.825
Administração Central	197	-	-	197	34	34
Obrigações Especiais	(4)	-	-	(4)	(4)	(4)
Terrenos	-	-	-	-	-	5
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	10.498
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	25.152
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	10
A Ratear	-	-	-	-	-	1.903
Adiantamento a Fornecedores	-	-	-	-	-	239
Subtotal	9.256		-	9.256	8.855	47.995
TOTAL	159.748		(43.867)	115.881	117.422	203.027

A conciliação do valor contábil no início e no final do trimestre é abaixo demonstrada, sendo que os bens destinados a alienação encontram-se descritos na Nota Explicativa nº. 9:

a) O saldo reapresentado se refere à exclusão dos valores patrimoniais do imobilizado da Subsidiária Celg D, na data inicial de 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO					Saldos em 30/09/2012
	Saldos em 31/12/2011 REAPRESENTADO (a)	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	
Imobilizado em Serviço	108.574	-	-	1.838	(3.778)	106.634
(-) Depreciação	(7)	-	-	-	(2)	(9)
Obrigações Especiais	(4)	-	-	-	-	(4)
Total em Serviço	108.563	-	-	1.838	(3.780)	106.621
Imobilizado em Curso	8.859	2.276	(37)	(1.838)	-	9.260
Total do Custo	117.422	2.276	(37)	-	(3.780)	115.881

- a. Vinculação do Imobilizado - de acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador.
- b. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – as obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador. Essas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.
- c. Imobilizado em Curso – Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração e distribuição.

Nos termos do item 79 do CPC 27 – Ativo Imobilizado, apresenta-se abaixo as seguintes divulgações:

- 1) Valor contábil do ativo imobilizado que esteja temporariamente ocioso: inexistem ativos imobilizados que estejam temporariamente ociosos;
- 2) Valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em operação: 2.537 mil, pertinente aos ativos imobilizados de geração da Controlada Celg GT;
- 3) Valor contábil de ativos imobilizados retirados de uso do ativo e não classificados como mantidos para venda: inexistentes;
- 4) Valor justo do ativo imobilizado, quando este for materialmente diferente do valor contábil apurado pelo método de custo: inexistente.

NOTA 12 – ATIVO INTANGÍVEL

No ativo intangível estão registrados os valores relativos à parcela que será realizada até o final da concessão, pertinentes às Atividades de Distribuição de Energia Elétrica (direito de uso da infra-estrutura), na data base de 31 de dezembro de 2011, onde se evidencia a posição consolidada à subsidiária Celg D, portanto, anterior ao acorde de acionistas de 24 de abril de 2012.

O saldo consolidado em 30 de setembro de 2012 diz respeito aos direitos de servidão de passagem, cuja vida útil é indefinida e softwares de vida útil definida, com prazos de amortização de 20% ao ano.

Notas Explicativas

Abaixo é demonstrada a composição do ativo intangível, em pleno atendimento aos preceitos da ICPC 01 e OCPC 05 – Contratos de Concessão.

ATIVO INTANGÍVEL	CONSOLIDADO		
	30/09/2012	31/12/2011	31/12/2011
		REAPRESENTADO	APRESENTADO
CIRCULANTE			
- Ativo Intangível	666	482	658.257
TOTAL	666	482	658.257

Movimentação:

a) O saldo reapresentado se refere à exclusão dos valores patrimoniais do intangível da Subsidiária Celg D, na data inicial de 31 de dezembro de 2011.

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2011 REAPRESENTADO (a)	CONSOLIDADO		Saldos em 30/09/2012
		Adições	Amortização	
Intangível em Serviço	133	4	(21)	116
Obrigações Especiais	-	-	-	-
Total em Serviço	133	4	(21)	116
Intangível em Curso	349	201	-	550
Total do Custo	482	205	(21)	666

NOTA 13 – ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	31/12/2011
			REAPRESENTADO	APRESENTADO	
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (a)	1.382.111	112.000	1.382.111	112.000	112.000
TOTAL	1.382.111	112.000	1.382.111	112.000	112.000

Refere-se aos seguintes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo acionista majoritário Estado de Goiás no ano de 2011: 1) R\$ 8.725 mil, para atendimento às despesas administrativas e operacionais, e para o pagamento das obrigações com a controlada Celg GT, decorrentes do contrato de mútuo efetuado para suprir a operação da Celgpar; e 2) R\$ 100.000 mil, objeto do Protocolo de Intenções assinado pelo Estado de Goiás e Eletrobrás, com vistas ao saneamento econômico-financeiro da Subsidiária CELG D. O saldo anterior de R\$ 3.275 mil também foi adiantado pelo acionista majoritário com vistas à manutenção da operação da Celgpar. No ano de 2012 foi adiantado pelo acionista majoritário o valor de R\$ R\$ 1.270.111 mil, objeto da 2ª parcela do empréstimo captado pelo Governo do Estado de Goiás em decorrência do acordo com a Eletrobras e União. Este valor foi posteriormente alocado pela Celgpar na Subsidiária Celg D, tendo sido promovido o aumento de capital nesta Subsidiária em vinte e cinco de setembro de 2012, conforme deliberações da 220ª Assembleia Geral Extraordinária, mediante a emissão de 106.642.366 (cento e seis milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, trezentas e sessenta e seis ações ordinárias).

NOTA 14 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Serão detalhados os valores devidos por instituição financeira, moeda contratada, bem como os indexadores dos empréstimos e financiamentos e a distribuição dos valores devidos no passivo não circulante.

Notas Explicativas

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão a seguir demonstradas:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO								
	30/09/2012			31/12/2011			31/12/2011		
	ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL	
CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
EM MOEDA NACIONAL									
Eletrobrás	-	-	-	-	-	-	40.383	57.248	12.681
Eletrobrás (b)	-	-	9.679	-	-	6.792	-	-	6.792
Bco Brasil-Lei 8727/96	-	-	-	-	-	-	20	1.544	2.193
Banco Mercantil do Brasil S/A	-	-	-	-	-	-	761	2.560	1.856
Banco Industrial e Comercial S/A	-	-	-	-	-	-	24.670	51.534	41.096
Banco Pine S/A	-	-	-	-	-	-	140	10.625	2.222
Banco Máxima S/A	-	-	-	-	-	-	40.630	22.599	53.172
Banco BMG S/A	-	-	-	-	-	-	437	16.764	15.558
Banco Daycoval S/A	-	-	-	-	-	-	2.968	10.616	6.945
Banco do Brasil S/A	-	-	-	-	-	-	13	4.561	-
Banco Itaú S/A	-	-	-	-	-	-	834	2.500	-
Banco Rural S/A	-	-	-	-	-	-	2.138	5.000	-
Lemon Bank – Banco Múltiplo S/A	-	-	-	-	-	-	5.172	2.101	5.251
Banco Sofisa S/A	-	-	-	-	-	-	96	7.394	11.706
Banco Tricuri S/A	-	-	-	-	-	-	19	2.340	1.366
Banco Prosper S/A	-	-	-	-	-	-	31.763	13.033	1.052
Banco Panamericano S/A	-	-	-	-	-	-	2.654	8.992	6.094
Banco Intercep S/A	-	-	-	-	-	-	12	1.590	-
BNDES (c)	-	2.825	26.660	-	2.776	28.659	-	2.776	28.659
CELGEMED	-	-	-	-	-	-	3	1.085	1.938
Eletra (a)	-	812	5.547	-	775	5.874	5.801	26.810	140.259
Outras Instituições	-	-	-	-	-	-	-	-	4.885
Total em Moeda Nacional	-	3.637	41.886	-	3.551	41.325	158.514	251.672	343.725

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO								
	30/09/2012			31/12/2011			31/12/2011		
	ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL	
CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
EM MOEDA ESTRANGEIRA									
Credit	-	-	-	-	-	-	1	29	18
O.E.C.F	-	-	-	-	-	-	886	16.411	65.644
Total em Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	887	16.440	65.662
TOTAL GERAL	-	3.637	41.886	-	3.551	41.325	159.401	268.112	409.387

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

- ELETRA** - refere-se à parcela do saldo devedor junto à ELETRA dos empregados da Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, sendo o saldo atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.
- Refere-se ao Contrato ECF-2805/2010 formalizado entre a Eletrobrás e a Controlada Celg GT, no valor de até R\$15.551 mil, para cobertura dos custos de ampliação da SE Palmeiras – GO. Esse saldo é atualizado a juros de 5% a.a. incidindo, ainda, taxas de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de 1% a.a.;
- BNDES** – trata-se do percentual de participação na operação de crédito realizada pela Controlada em Conjunto da Controlada Celg GT, Energética Corumbá III, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
- Os contratos de empréstimos e financiamentos bancários são garantidos por itens como:
 - Alienação Fiduciária de Direitos Creditórios;
 - Aplicações Financeiras;
 - Borderô Eletrônico;
 - Notas Promissórias;
 - Garantias Pessoais (Avalista/Fiador/Fiel Depositário/Devedor Solidário).

A composição do saldo devedor em Moeda Nacional, por indexador é a seguinte:

Notas Explicativas

CONSOLIDADO - 30/09/2012					CONSOLIDADO - 31/12/2011 - REAPRESENTADO						
INDEXADOR	Empréstimos bancários		Eletrobrás	Eletra	Total	INDEXADOR	Empréstimos bancários		Eletrobrás	Eletra	Total
SEM INDEXADOR	-	-	9.679	-	9.679	SEM INDEXADOR	-	-	6.792	-	6.792
TJLP	29.485	-	-	-	29.485	TJLP	31.435	-	-	-	31.435
INPC	-	-	-	6.359	6.359	INPC	-	-	-	6.649	6.649
Total	29.485	-	9.679	6.359	45.523	Total	31.435	-	6.792	6.649	44.876

CONSOLIDADO - 31/12/2011 - APRESENTADO							
INDEXADOR	Empréstimos bancários		Eletrobrás	Lei 8.727/93	Celgmed	Eletra	Total
CDI	-	370.032	-	-	-	-	370.032
IPCA	-	43.472	-	-	-	-	43.472
IGP-M	-	7.329	-	3.707	-	-	11.036
SEM INDEXADOR	-	4.885	6.792	-	-	-	11.677
UFIR	-	-	110.312	-	-	-	110.312
FAT	-	-	-	52	-	-	52
TJLP	-	31.435	-	-	-	-	31.435
INPC	-	-	-	-	1.937	173.958	175.895
Total	-	457.153	117.104	3.759	1.937	173.958	753.911

O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos, desdobra-se por tipo de moeda, da seguinte forma:

MOEDA	CONSOLIDADO								
	30/09/2012			31/12/2011			31/12/2011		
	TAXA	MOEDA/ MIL	R\$mil	TAXA	MOEDA/ MIL	R\$mil	TAXA	MOEDA/ MIL	R\$mil
EURO	-	-	-	-	-	-	2,434200	19	47
Y	-	-	-	-	-	-	0,024310	3.412.526	82.942
TOTAL									82.989

A variação de câmbio das moedas está a seguir demonstrada:

MOEDA	30/09/2012	31/12/2011	
		REAPRESENTADO	APRESENTADO
	%	%	%
EURO	-	-	9,2500
Y	-	-	18,5900

Os valores de pagamentos futuros, apresentados no Passivo Não Circulante, estão distribuídos da seguinte forma:

Notas Explicativas

CONSOLIDADO - 30/09/2012				
Ano	Empréstimos bancários	Eletra	Eletrobrás/ Outras Instituições	Total
2013	2.424	694	9.679	12.797
2014	2.424	694	-	3.118
2015	2.424	694	-	3.118
2016	2.424	694	-	3.118
2017	2.424	694	-	3.118
2018	2.424	694	-	3.118
2019	2.424	694	-	3.118
2020	2.424	689	-	3.113
2021	2.424	-	-	2.424
2022	2.424	-	-	2.424
2023	2.420	-	-	2.420
Total	26.660	5.547	9.679	41.886

NOTA 15 – FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	31/12/2011	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Fornecedores de Energia Elétrica					REAPRESENTADO	APRESENTADO
- Furnas	-	-	-	-	118.961	20.245
- Eletrobrás - suprimento ITAIPU	-	-	-	-	954.305	-
- CDSA	-	-	-	-	119.000	-
- CHESF/CESP/Eletronorte	-	-	-	-	28.100	-
- Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-	-	-	-	32.536	-
- Outros	-	-	613	496	37.862	-
TOTAL	-	-	613	496	1.290.764	20.245
Fornecedores de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	13.699	-
TOTAL	-	-	613	496	1.304.463	20.245
Materiais e Serviços	266	-	423	174	125.076	-
TOTAL	266	-	1.036	670	1.429.539	20.245

NOTA 16 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Notas Explicativas

NOTA 18 – TAXAS REGULAMENTARES

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	30/09/2012	31/12/2011	31/12/2011	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NAO CIRCULANTE
		REAPRESENTADO	APRESENTADO	
Taxa de Fiscalização – ANEEL (a)	37	23	451	-
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	135	139	102.271	84.309
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	369	756	88.364	339.958
Compensação Financeira p/Utiliz.Rec.Hídricos	84	94	94	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	539	535	580.763	158.327
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (b)	1.246	1.024	80.664	-
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	82.796	-
Programa de Inc. Fontes Alternativas - Proinfa	-	-	203.920	-
TOTAL	2.410	2.571	1.139.323	582.594

(a) A Taxa de Fiscalização – Aneel foi instituída pela Lei nº. 9.247/1996 e regulamentada pelo Decreto nº. 2.240/1997. É uma receita destinada à Aneel e cobrada de todos os concessionários, permissionários ou autorizados, representada por 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do benefício econômico anual auferido;

(b) Pesquisa & Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética – PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética.

NOTA 19 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA								
	30/09/2012				31/12/2011				
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO				
	No Exercício	Provisão	Depósitos	No Exercício	Provisão	Depósitos	No Exercício	Provisão	Depósitos
Baixa	REF.	Provisão	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais	
NAO CIRCULANTE									
Outros valores contingenciados	29	B.2	118	173	-	-	84	6	
Total Cíveis	29		118	173	-	-	84	6	
TOTAL - NAO CIRCULANTE	29		118	173	-	-	84	6	

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO											
	30/09/2012						31/12/2011					
	VALOR DA PROVISÃO						VALOR DA PROVISÃO					
	No Exercício	Provisão	Depósitos	No Exercício	Provisão	Depósitos	No Exercício	Provisão	Depósitos	No Exercício	Provisão	Depósitos
Baixa	REF.	Provisão	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais
NAO CIRCULANTE												
Trabalhistas												
Diversos	-	B.1	239	389	-	-	150	46	6.448	15.615	28.311	12.188
Total Trabalhistas	-		239	389	-	-	150	46	6.448	15.615	28.311	12.188
Cíveis												
Ações ordinárias de cobrança	-	B.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros valores contingenciados	29	B.2	118	173	-	-	84	6	16.739	18.387	58.277	25.057
Total Cíveis	29		118	173	-	-	84	6	16.739	18.387	58.277	25.057
Total Trabalhistas + Cíveis	29		357	562	-	-	234	52	23.187	34.002	86.588	37.245
Fiscais												
Notificações Fiscais - INSS	-	B.3	-	-	-	-	-	-	853	-	1.747	-
Nulidade de Convênio do ICMS - Prefeituras	-	B.3	-	-	-	-	-	-	33.441	-	168.336	107
Autos de Infração-SEFAZ-GO	-	B.3	-	-	-	-	-	-	17.757	12.520	30.326	-
Autos de Infração-AGR/ANEEL	-	B.3	-	-	-	-	-	-	26.687	13.442	60.685	-
Outros valores contingenciados	-	B.3	-	-	-	-	-	-	8.143	28.833	25.499	-
Total Fiscais	-		-	-	-	-	-	-	86.881	54.795	286.593	107
TOTAL - NAO CIRCULANTE	29		357	562	-	-	234	52	110.068	88.797	373.181	37.352

Notas Explicativas

- Os critérios e divulgação das Contingências Passivas consubstanciaram-se no Pronunciamento Técnico CPC 25 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

a. Contingências Passivas

As Contingências da Controladora dizem respeito a processos de caráter administrativo, fundamentados em sua totalidade por autuações e prováveis autuações da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, decorrentes dos atrasos nos envios de informações econômico-financeiras de períodos anteriores.

A Controlada Celg Geração e Transmissão – CELG GT responde por processos judiciais de natureza trabalhista, sendo efetuada a provisão suficiente para cobrir tais perdas no montante de R\$389 mil.

Os processos cuja probabilidade de perda é possível encontram-se abaixo relacionados:

NATUREZA	NÚMERO DO PROCESSO	AUTOR/RÉU	SETEMBRO-2012	
			VALOR DADO À CAUSA	POSSIBILIDADE DE PERDA: PROVÁVEL POSSÍVEL REMOTA
TRABALHISTA	RTORD 0001605-63.2011.5.18.003	DJALMA FRANCISCO DE AQUINO FILHO	R\$86.500,00	POSSÍVEL
TRABALHISTA	RTORD 0001597-56.2011.5.18.0013	JASPE FERREIRA DA SILVA	R\$138.500,00	POSSÍVEL
TRABALHISTA	RTORD 0001418-52.2011.5.18.0004	JOSÉ BATISTA DE SOUZA NETO	R\$133.169,00	POSSÍVEL
			R\$ 358.169,00	

b. Contingências Ativas

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário.

c. Prescrição Fiscal

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

Notas Explicativas

NOTA 20 – OUTROS CREDORES

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO					
	30/09/2012		31/12/2011		30/09/2012		31/12/2011		31/12/2011	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Secretaria de Estado da Fazenda	-	-	-	-	-	-	-	-	2.869	-
Convênio ICMS-Estado/Prefeituras/Celg	-	-	-	-	-	-	-	-	51.946	-
Contribuição Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	83.871	-
Recursos Destinados a Obras de Terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	4.797	-
Outros - Caixa Econômica Federal (a)	2.150	5.160	-	-	3.191	5.160	214	-	12.201	9.268
TOTAL	2.150	5.160	-	-	3.191	5.160	214	-	155.684	9.268

- a- Refere-se a recursos recebidos pela Controladora junto à Caixa Econômica Federal – CEF, decorrentes do contrato de prestação de serviços financeiros de centralização de créditos provenientes da folha de pagamento da Celgpar, sua controlada e subsidiária.

NOTA 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

COMPOSIÇÃO EM:	CONTROLADORA (PASSIVO A DESCOBERTO)		
	30/09/2012	NO PERÍODO	31/12/2011
Capital Realizado	973.764	-	973.764
Prejuízos Acumulados	(2.233.260)	34.450	(2.267.710)
(+/-) Resultado do Período	(807.837)	(807.837)	-
Total do Patrimônio Líquido	(2.067.333)	(773.387)	(1.293.946)
Outros Resultados Abrangentes	(55.799)	-	(55.799)
Total do Patrimônio Líquido e Recursos Destinados ao Aumento de Capital	(2.123.132)	(773.387)	(1.349.745)

- (a) As 32.774 mil ações ordinárias são escriturais e sem valor nominal;
- (b) A movimentação ocorrida decorre de resultado abrangente no período vinculada a aumento de capital na Controlada Celg D, conforme aprovação na 209ª AGE da Subsidiária, integralizado em 24 de janeiro de 2012 com Recursos Destinados a Aumento de Capital reconhecidos nesta, conjuntamente ao reconhecimento de Ajuste de Exercício Anterior – Ver Nota Explicativa 10.1-b;
- (c) O valor do Capital Social Realizado da Celgpar, à época de sua constituição, consta do boletim de subscrição anexo à escritura pública de constituição originária de sociedades por ações, sob a denominação da então Companhia Goiás de Participações – Goiaspar. A subscrição foi efetuada levando-se em conta a totalidade do investimento devido pelo Estado de Goiás no capital social da então Companhia Energética de Goiás, atual subsidiária integral Celg D, cujos valores nominais se vinculam à aplicação do percentual de participação direta na controlada, à época correspondente a 98,3262% sob o total do Patrimônio Líquido avaliado da Celg D, que montava em R\$ 987.296 mil, perfazendo o total do investimento inicial em R\$ 970.770 mil.
- O valor patrimonial deste investimento serviu de suporte para a escrituração contábil do capital social inicial da Celgpar no valor de R\$ 970.770 mil, correspondente ao total do Patrimônio Líquido na data de sua constituição, não evidenciando, portanto, a abertura das respectivas rubricas de reservas de reavaliação presentes no Patrimônio Líquido da Celg D. Desta forma, a realização

Notas Explicativas

das respectivas reservas de reavaliação da Celg D, ocorridas nos exercícios sociais seguintes e, especificamente no exercício social de 2010, onde ocorreu a sua realização parcial contra o ativo imobilizado reavaliado, provocando a diminuição do seu Patrimônio Líquido e reflexo direto no valor patrimonial do investimento, provocou o efeito direto contra prejuízos acumulados da Celgpar. Este efeito não provocou qualquer impacto nos resultados dos exercícios subseqüentes à constituição da Companhia.

NOTA 22 – RECEITA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E SUPRIMENTO DE CURTO PRAZO, RECEITAS DE CONSTRUÇÃO, OUTRAS RECEITAS E DEDUÇÕES DA RECEITA

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2011
		REAPRESENTADO	APRESENTADO
Receita de Fornecimento de Energia (22.1)	-	-	2.594.515
Suprimento (22.1)	18.433	15.954	22.714
Receita de Construção (22.2) (22.3)	8.294	4.954	102.004
Outras Receitas (22.3)	39.479	40.436	98.414
(-) Deduções da Receita (22.4)	(12.461)	(13.618)	(1.172.632)
TOTAL - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	53.745	47.726	1.645.015

22.1 A composição da receita de fornecimento de energia e suprimento de curto prazo, por classe, é a seguinte:

CLASSES	CONSOLIDADO								
	Nº DE CONSUMIDORES			MWH			R\$mil		
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2011
	REAPRESENTADO	APRESENTADO	REAPRESENTADO	REAPRESENTADO	APRESENTADO	REAPRESENTADO	REAPRESENTADO	APRESENTADO	APRESENTADO
Residencial	-	-	1.971.099	-	-	2.563.516	-	-	1.091.604
Industrial	-	-	10.815	-	-	1.523.388	-	-	488.937
Com.Serv.Outras Ativ.	-	-	216.402	-	-	1.467.008	-	-	572.750
Rural	-	-	166.207	-	-	888.515	-	-	178.008
Poderes Públicos	-	-	16.232	-	-	266.683	-	-	96.179
Iluminação Pública	-	-	617	-	-	382.420	-	-	89.821
Serviço Público	-	-	2.007	-	-	253.054	-	-	67.397
Consumo Próprio	-	-	286	-	-	5.226	-	-	-
Total Fornecimento	-	-	2.383.665	-	-	7.349.810	-	-	2.594.515
Suprimento	-	-	2	104.677	107.805	171.830	18.433	15.954	22.714
TOTAL GERAL	-	-	2.383.667	104.677	107.805	7.521.640	18.433	15.954	2.617.229

22.2 A receita de construção foi reconhecida pelo mesmo montante dos custos de construção pela controlada Celg GT e subsidiária Celg D. Tais valores são de obrigatório reconhecimento pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção das obras da concessão de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica, não existindo margem de lucro. Desta forma, a receita de construção é igual ao custo de construção. No encerramento do trimestre findo em 30 de setembro de 2012 e 2011 as receitas consolidadas totalizaram R\$ 8.294 mil e R\$ 4.954 mil respectivamente.

22.3 Outras Receitas:

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	R\$mil		
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2011
		REAPRESENTADO	APRESENTADO
Subvenção Baixa Renda Lei nº. 10.604/02	-	-	27.605
Serviços Taxados	-	-	25.119
Arrendamentos e Aluguéis	109	71	17.141
Renda de Prestação de Serviços	-	-	1.154
Serviços de Operação e Manutenção (a)	30.441	31.210	17.590
Serviços de Construção (b)	8.294	4.954	-
Financeira da Concessão	8.929	9.155	9.155
Outras (inclui CCEE)	-	-	650
TOTAL	47.773	45.390	98.414

(a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão;

(b) Receita auferida pelo cálculo de juros da taxa interna de retorno do projeto sobre o saldo dos ativos financeiros recebíveis da concessão de transmissão de energia elétrica.

22.4 Deduções da Receita:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2011
		REAPRESENTADO	APRESENTADO
ICMS	-	-	715.168
PIS	1.082	1.045	45.129
COFINS	3.747	3.695	207.869
ISS	-	-	420
Quota para reserva global de reversão	1.005	1.251	8.790
Programa de eficiência energética	-	-	6.381
Quota de consumo de combustível	2.673	3.784	102.308
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	387	374	6.755
Conta de desenvolvimento energético	2.325	2.344	78.687
Outros encargos	1.242	1.125	1.125
TOTAL	12.461	13.618	1.172.632

NOTA 23 – ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

A composição da energia comprada para revenda é a seguinte:

FORNECEDOR	CONSOLIDADO					
	30/09/2012		30/09/2011		30/09/2011	
	MWh	R\$mil	MWh	R\$mil	MWh	R\$mil
			REAPRESENTADO		APRESENTADO	
ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA	-	-	-	-	8.612.369	798.020
Programa Incentivo às Fontes de Energia Alternativas-PROINFA	-	-	-	-	173.670	30.601
Créditos - LEI 10.833	-	-	-	-	-	(77.910)
	-	-	-	-	8.786.039	750.711
Comercialização no âmbito CCEE	-	-	-	-	46.720	46.852
TOTAL DE ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA	-	-	-	-	8.832.759	797.563

NOTA 24 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

Notas Explicativas

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONTROLADORA			
	DESPESAS			
	GERAIS E ADMINISTRATIVAS		TOTAL	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Pessoal e Administradores	374	292	374	292
Material	-	3	-	3
Serviços de Terceiros	512	953	512	953
Depreciação	2	2	2	2
Provisão para Contingência	118	(374)	118	(374)
Tributos	75	74	75	74
Encargos de Uso da Rede Elétrica	63	35	63	35
TOTAL	1.144	985	1.144	985

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONSOLIDADO										
	CUSTO DO SERVIÇO						DESPESAS				
	ENERGIA ELÉTRICA			OPERAÇÃO			GERAIS E ADMINISTRATIVAS			TOTAL	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
	REAPRESENTADO	APRESENTADO	REAPRESENTADO	APRESENTADO	REAPRESENTADO	REAPRESENTADO	APRESENTADO	REAPRESENTADO	APRESENTADO	REAPRESENTADO	APRESENTADO
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	797.563	90	370	370	-	-	-	90	370	797.933
Encargos Uso Sist. Transmissão Distribuição	-	131.743	-	-	-	-	-	-	-	-	131.743
Pessoal e Administradores	-	-	7.674	5.594	110.384	6.388	5.403	121.767	14.062	10.997	232.151
Entidade de Previdência Privada	-	-	116	148	2.954	237	173	4.750	353	321	7.704
Material	-	-	148	383	2.553	62	36	2.924	210	419	5.477
Serviços de Terceiros	-	-	3.153	3.009	204.930	1.179	1.629	46.623	4.332	4.638	251.553
Depreciação	-	-	3.733	3.752	85.793	47	52	7.879	3.780	3.804	93.672
Amortização - Ativo Financeiro	-	-	10.071	11.249	-	-	-	-	10.071	11.249	-
Amortização - Ativo Intangível	-	-	-	-	-	21	-	-	21	-	-
Provisão/Reversão p/Crédito Liq. Duvidosa	-	-	67	29	27.270	-	-	-	67	29	27.270
Provisão para Contingência	-	-	-	-	-	357	(374)	25.011	357	(374)	25.011
Taxa Fiscalização	-	-	215	206	3.916	-	-	-	215	206	3.916
Tributos	-	-	33	38	2.913	250	185	185	283	223	3.098
Recuperação de Despesas	-	-	-	-	(4.086)	(49)	(13)	(4.376)	(49)	(13)	(8.462)
Custos de Construção	-	-	8.294	4.954	102.004	-	-	-	8.294	4.954	102.004
Utilização do Bem Público	-	-	196	182	182	-	-	-	196	182	182
Comp. Financeira Utilização de Rec. Hídricos	-	-	406	428	428	-	-	-	406	428	428
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	279	265	265	63	35	-	342	300	265
Outras	-	-	209	228	10.926	339	255	10.258	548	483	21.184
TOTAL	-	-	929.306	34.684	30.835	550.802	8.894	7.381	215.021	43.578	38.216

NOTA 25 – SEGUROS

A Companhia, sua Controlada e sua Subsidiária, em 30 de setembro de 2012, não possuíam apólice de seguro de seus bens e instalações.

NOTA 26 - ENCARGOS FINANCEIROS E EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir, no trimestre findo em 30 de setembro de 2012, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

NOTA 27 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A remuneração de empregados e dirigentes da Celgpar, sua Controlada e Subsidiária observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No trimestre findo em 30 de setembro de 2012, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de setembro, foram R\$2 mil e R\$2 mil, respectivamente. Aos membros de diretoria, a maior e menor remuneração

Notas Explicativas

corresponde a R\$28 mil e R\$24 mil, não sendo cumulativa para os diretores da Controladora.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			TOTAL
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)	
Número de Membros	9	4	3	16
Remuneração Fixa Anual	162	72	-	234
Salário ou pró-labore	162	72	-	234
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos Resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por Participação em Reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da Remuneração, por órgão	162	72	-	234

n/a = não aplicável

(1) Os membros da diretoria foram remunerados pela Subsidiária Celg Distribuição - Celg D e Controlada Celg Geração e Transmissão - Celg GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)
Número de Membros	9	4	3
Valor da maior remuneração individual	2	2	-
Valor da menor remuneração individual	2	2	-
Valor médio da remuneração individual	2	2	-

n/a = não aplicável

(1) Os membros da diretoria foram remunerados pela Subsidiária Celg Distribuição - Celg D e Controlada Celg Geração e Transmissão - Celg GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

NOTA 28 – RESULTADO FINANCEIRO

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	01/01/2012 - 30/09/2012	01/01/2011 - 30/09/2011	01/01/2012 - 30/09/2012	01/01/2011 - 30/09/2011	01/01/2011 - 30/09/2011
Receitas				REAPRESENTADO	APRESENTADO
Variações Cambiais	-	-	-	-	73.069
Variações Monetárias	-	-	117	456	13.558
Atualização do Contas a Receber-Fornecimento	-	-	-	-	5.862
Atualização do Contas a Receber-Estado de Goiás	-	-	-	-	260.705
Rendas	6	4	2.582	1.742	40.758
Outras	-	-	12	6	41.393
Total das Receitas	6	4	2.711	2.204	435.345
Despesas					
Variações Cambiais	-	-	-	-	208.015
Variações Monetárias	-	66	4.723	3.500	86.190
Encargos de Dívidas	5	26	9.005	8.848	261.964
Encargos s/ Empréstimos Bancários - Circulante	-	-	-	-	116.301
Encargo s/ Dívida Eletrobrás	-	-	-	-	57.670
Encargo s/ Dívida Furnas - Não Circulante	-	-	-	-	11.547
Outras	3	-	690	1.600	68.125
Total das Despesas	8	92	14.418	13.948	809.812
TOTAL GERAL - RESULTADO FINANCEIRO	(2)	(88)	(11.707)	(11.744)	(374.467)

NOTA 29 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do trimestre atribuível aos acionistas controladores da Companhia no trimestre findo em 30 de setembro de 2012 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste exercício, comparativamente com o trimestre findo em 30 de setembro de 2011 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA	
	30/09/2012	30/09/2011
Prejuízo Líquido do Exercício Atribuível aos Acionistas:		
Ações Ordinárias	(807.837)	(440.948)
Total	(807.837)	(440.948)
Média Ponderada das Ações Ordinárias	32.774	32.774
Total	32.774	32.774
Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária	(24,6487)	(13,45420)

NOTA 30 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Em atendimento à Deliberação CVM 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas Controladas efetuaram a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles: a) Numerário disponível (equivalente ao valor contábil); b) Contas a receber (sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e c) Empréstimos e financiamentos (medidos a valor justo e contabilizados por valores contratuais).

a. Considerações sobre os riscos

Notas Explicativas

Os negócios da Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D compreendem, principalmente, o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

a.1 Risco de taxa de câmbio:

Esse risco decorre da possibilidade de a Subsidiária vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra tal risco. Porém, a Controlada monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a efetiva necessidade de contratação de derivativos (swap) para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

a.2 Risco de variação cambial na compra de energia de ITAIPU:

A Subsidiária está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de ITAIPU.

a.3 Risco de taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Subsidiária vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos vinculados a projetos específicos de infra-estrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

a.4 Risco de crédito:

O risco de crédito surge da possibilidade de a Subsidiária vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo em relação ao setor privado, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. Os altos valores dos órgãos públicos constituem risco. A Administração da Subsidiária analisa continuamente as situações em aberto, e possui parcelamento de valores devidos pela maioria das prefeituras.

a.5 Risco quanto à escassez de energia:

A energia vendida é gerada por usinas hidrelétricas não pertencentes à Subsidiária. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento na aquisição

Notas Explicativas

de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Devido ao nível atual dos reservatórios e quantidade de chuva já registrada no trimestre findo em 30 de setembro de 2012, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), não prevê um novo programa de racionamento.

a.6 Risco quanto ao vencimento antecipado de obrigações e recálculo de valores devidos:

Conforme descrito na nota explicativa nº 20, com relação aos valores inseridos no Programa PAEX, a eventual exclusão da Subsidiária desse Programa, implica na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, recálculo dos valores devidos e automática execução das garantias prestadas. A Administração da Subsidiária entende ser remota a possibilidade de exclusão desse Programa, pois os valores das parcelas estão sendo pagos no vencimento.

b. Valorização dos instrumentos financeiros

A Subsidiária mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando à melhoria de sua liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Dessa forma, a empresa possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas em relação ao praticado no mercado.

NOTA 31 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais operações realizadas com a Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D e a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	31/12/2011
Ativo Circulante				REAPRESENTADO	APRESENTADO
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (3)	-	-	5.339	4.313	-
TOTAL:	-	-	5.339	4.313	-
Passivo Circulante					
Celg Distribuição S.A.-Celg D e Celg Geração e Transmissão S.A.-Celg GT (1) (3)	661	661	37.994	41.948	-
Energética Corumbá III (2)	-	-	3.416	4.392	4.392
TOTAL:	661	661	41.410	46.340	4.392
Passivo Não Circulante					
Celg Distribuição S.A.-Celg D e Celg Geração e Transmissão S.A.-Celg GT (4)	-	-	52.469	45.939	-
TOTAL:	-	-	52.469	45.939	-

(1) Valores a receber e a pagar referentes ao processo de desverticalização da Companhia Energética de Goiás;

(2) Refere-se à participação de 37,5% nas dívidas com pessoas ligadas à Energética Corumbá III controlada em conjunto pela Controlada Celg GT;

(3) Refere-se a transações entre as Controladas Celg D e Celg GT, decorrentes da utilização da rede básica e valores decorrentes do processo de desverticalização da Companhia Energética de Goiás;

(4) Valor referente à transferência, pela Celg D, de ativos da SE Carajás para a Celg GT.

Notas Explicativas

NOTA 32 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Fato relevante - Acordo Governo do Estado de Goiás e Eletrobras

A Lei 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória n.º 559, de 2 de março de 2012, autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquirir participação societária da Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto. Conforme pactuado nos Acordos de Acionistas e de Gestão, celebrados em 24 de abril de 2012, a aquisição do controle acionário da Controlada pela Eletrobras será finalizado em até 330 dias contados da data da assinatura dos acordos mencionados.

b. Prorrogação da Concessão de Distribuição de Energia Elétrica

Com a edição, pelo Governo Federal, da Medida Provisória n.º. 579, de 11 de setembro de 2012, regulamentada pelo Decreto n.º. 7.805, de 14 de setembro de 2012, a qual condicionou a renovação do serviço público de energia elétrica à aceitação e concordância com novas regras regulatórias, tendo a concessionária o prazo para manifestação até o dia 15 de outubro de 2012. A Subsidiária Celg D, através da Carta PR-1507/12, protocolou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 11 de outubro de 2012, a manifestação de concordância à prorrogação da concessão de distribuição de energia elétrica.

c. Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória n.º 579, regulamentada pelo Decreto n.º. 7.805, de 14 de setembro de 2012, com o objetivo de definir os critérios para a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vincendas no período de 2015 a 2017.

Sob este enfoque a Controlada Celg GT, até 15 de outubro de 2012, enviou correspondência à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, manifestando o interesse na prorrogação de seus contratos de concessão descritos na Nota Explicativa n.º. 01.

A decisão quanto a estas prorrogações foi objeto de deliberação, por parte da acionista única Companhia Celg de Participações – Celgpar, por meio da 74ª Reunião do Conselho de Administração, com início em 12 de novembro de 2012 e término em 21 de novembro de 2012, e 29ª Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de novembro de 2012.

As premissas das prorrogações apontam que as tarifas de geração foram definidas em R\$ 129,12653 (cento e vinte e nove reais, e doze mil, seiscentos e cinquenta e três centésimos de milésimos) por kW ano para a Usina Hidrelétrica de São Domingos, e R\$ 204,08464 (duzentos e quatro reais, e oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro centésimos de milésimos) por kW ano para a Usina Hidrelétrica de Rochedo, pela Portaria n.º. 578, de 31 de outubro de 2012, do Ministério de Estado de Minas e Energia (“MME”) e do Ministério de Estado da Fazenda.

A Receita Anual Permitida – RAP para a concessão de transmissão foi ratificada em R\$ 16.468.803,68 (dezesseis milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e três reais e sessenta e oito centavos), pela Portaria n.º. 579, de 31 de outubro de 2012, do MME.

Por intermédio da Portaria Interministerial n.º. 580, de 1º de novembro de 2012, ficou estabelecido o valor da indenização das concessões de geração e transmissão, sendo este fixado em R\$ 98.740.514,73 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quatorze reais e

Notas Explicativas

setenta e três centavos), não tendo sido definida a indenização para a concessão da Usina Hidrelétrica de São Domingos, e inexistindo a indenização para Usina Hidrelétrica de Rochedo.

O MME apresentou deferimento aos requerimentos das prorrogações dos prazos das concessões de geração e transmissão, atribuindo o seguinte:

CONCESSÃO	VENCIMENTO COM A PRORROGAÇÃO
Usina Hidrelétrica de São Domingos	24 de maio de 2041
Usina Hidrelétrica de Rochedo	31 de dezembro de 2042
Concessão de Transmissão	31 de dezembro de 2042

A Administração da Controlada Celg GT, de forma conjunta aos interesses do acionista majoritário, optou por não efetuar a prorrogação da concessão de Geração, permanecendo a vigência dos contratos atuais desta concessão, à exceção da Usina Hidrelétrica de São Domingos, cuja renovação encontra-se, atualmente, em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia – MME, bem como na esfera judicial.

Com relação à concessão de Transmissão, optou-se pela renovação da mesma, tendo sido assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 063/2001-ANEEL, com vigência até 5 de dezembro de 2042. O valor da indenização desta concessão, estipulado em R\$ 98.740.514,73 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos), vem sendo recebido parceladamente pela Celg GT, com vencimento em 7 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA e acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano.

Não obstante as decisões acerca do tratamento destas renovações terem estipulado os desdobramentos acima, observa-se que a análise da Administração da Celg GT, conjuntamente ao Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas da Controladora Celgpar, apontam que tanto a Receita Anual Permitida, quanto os valores de indenizações relativas às concessões de geração e transmissão não atenderam às expectativas da Celg GT.

Desta forma, o Conselho de Administração da Controladora Celgpar e, respectivamente, a Assembleia Geral de Acionistas, deliberaram pela aprovação da execução de todas as providências administrativas e judiciais, objetivando evitar prejuízo à Celg GT e, sucessivamente, buscar a preservação das concessões de geração e transmissão e, concomitantemente em relação às indenizações, pela implementação de medidas administrativas e judiciais, visando auferir indenizações, pertinentes à geração e transmissão, de todos os ativos ainda não depreciados, independente do previsto na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012.

d. Aumento de Capital Social na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT

O Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R\$8.600 mil foi utilizado pela Controlada CELG GT para pagamento de partes das obrigações do encontro de contas com a Subsidiária Celg Distribuição S.A. – CELG D, referente ao processo de desverticalização da Companhia Energética de Goiás. O referido Aumento de Capital foi promovido pela 42ª Assembleia Geral Extraordinária de acionista da Companhia, de 19 de outubro de 2012, tendo o Capital Social aumentado de R\$ 321.125.474,79 (Trezentos e vinte e um milhões, cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta e nove centavos) para R\$ 329.725.474,79 (Trezentos e vinte e nove milhões, setecentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta e nove centavos).

Notas Explicativas

e. Autorização de Emissão das Informações Trimestrais

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas informações trimestrais são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 30 de setembro de 2012, e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.

Esta autorização é de competência da diretoria, tendo sido as informações trimestrais apreciadas em Reunião do Conselho Fiscal da Celgpar realizada em 7 de maio de 2013.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aletuia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nilon Albemaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

À
DD. DIRETORIA DA
COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP
GOIÂNIA – GO

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

Ênfases

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.2 e nº 2 III (a2), com a formalização do acordo de acionistas e acordo de gestão entre o Governo do Estado de Goiás, as Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras e a CELGP, acordo este assinado em 24 de abril de 2012, tomando por base os pressupostos do CPC 36-R2 (Demonstrações Consolidadas – IAS 27), a Eletrobras passou a deter a preponderância e controle sobre as deliberações sociais da CELG D, incluindo a indicação da maioria dos membros do Conselho de Administração e Fiscal da Subsidiária, bem como as respectivas diretorias: Presidência, Diretoria Econômico-Financeira, Diretoria Comercial, Diretoria Administrativa e Diretoria de Operação. Os investimentos na controlada e subsidiária estão demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas informações trimestrais consolidadas os saldos dos investimentos na controlada CELG GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada. O saldo do valor patrimonial do

investimento na subsidiária CELG D permaneceu ajustado pela equivalência patrimonial nas informações trimestrais consolidadas, incluindo a respectiva provisão para desvalorização do investimento nessa participação societária, ou seja, os saldos patrimoniais e de resultado dessa subsidiária não foram consolidados com a CELGPAR nas informações trimestrais de 30 de setembro de 2012. Os saldos patrimoniais e de resultado dessa subsidiária encontram-se devidamente consolidados nas datas base de 31 de dezembro de 2011 e 30 de setembro de 2011, por se tratarem de posições anteriores ao acordo de acionistas de 24 de abril de 2012, firmado entre a Eletrobras, Estado de Goiás e CELGPAR. Para melhor atendimento aos critérios contábeis de comparabilidade entre dois períodos distintos, foram apresentados os saldos patrimoniais e de resultado da subsidiária CELG D em posição não consolidada nas datas base de 31 de dezembro de 2011 e 30 de setembro de 2011, ou seja, foram apresentadas Notas Explicativas em 3 (três) colunas, permitindo a comparação das seguintes posições: 30 de setembro de 2012 não consolidada com a CELG D comparativamente às posições de 31 de dezembro de 2011 e 30 de setembro de 2011 consolidando-se a CELG D, anteriormente apresentada à CVM – chamada nas Notas Explicativas de posição “APRESENTADA”, e não se consolidando a CELG D – chamada nas Notas Explicativas de posição “REAPRESENTADA”. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR, essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10.2.b, a subsidiária CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D no período compreendido entre 6 de novembro e 8 de dezembro de 2006 passou por um processo de fiscalização pela Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, a qual teve a finalidade de verificar a utilização dos critérios estabelecidos para o enquadramento dos consumidores no benefício tarifário de baixa renda, conforme Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002, que regula a aplicação do benefício automaticamente com base no consumo medido até 79 kWh, a de nº 485, de 29 de agosto de 2002, que estabelece os critérios para a concessão do benefício de baixa renda a consumidores com média de consumo entre 80 e 220 kWh, desde que o portador de Número de Inscrição Social do Governo Federal – NIS; e a nº 89, de 25 de outubro de 2004, que estabelece a metodologia para cálculo da subvenção econômica a ser concedida à concessionária. O resultado da citada fiscalização culminou na emissão do Termo de Notificação nº 001/2007, no valor de R\$ 36.390 mil, encaminhado à subsidiária CELG D através do Ofício nº 303/AGR/2007-PRE, de 6 de fevereiro de 2007. A subsidiária encaminhou resposta através da carta PR-0306/07, de 2 de março de 2007, manifestando-se sobre as não conformidades e determinações do referido termo, citando inclusive a Resolução ANEEL nº. 245, de 19 de dezembro de 2006 (editada após a conclusão da fiscalização da AGR), na qual a Agência reconhece a possibilidade de haver a duplicidade do benefício, devendo a concessionária regularizar a titularidade da unidade consumidora ou obter, do morador efetivo, declaração assinada de que não pode fazer a devida transferência de titularidade. Em resposta à manifestação da subsidiária, a AGR encaminhou o Ofício nº 418/2007-PRE informando que o valor constante do termo de notificação em referência será revisto à medida que se for comprovando a inexistência de duplicidade do benefício. Em 18 de dezembro de 2007, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 297 anulando o artigo 3º da Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002. Em função dessa anulação, a Controlada encaminhou à AGR o Ofício nº PR-132/02, de 21 de janeiro de 2008, solicitando a anulação do relatório de fiscalização que motivou a emissão do Termo de Notificação nº 001/2007. Em resposta, a Agência expediu o Ofício nº 029/2008-DED-AGR informando que os valores serão revistos, considerando a nova metodologia de cálculo requisitada pela ANEEL. A realização da subvenção econômica de Baixa Renda anteriormente classificada no Ativo Não Circulante da Subsidiária Integral CELG D, prevista no acordo efetuado entre o Estado de Goiás e a Eletrobras, com interveniência da CELGPAR e CELG D, foram utilizados na contrapartida de quitação de obrigações para com o Sistema Eletrobras. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10.2.c, em 30 de setembro de 2012, a subsidiária CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D mantém consignados créditos com o Estado de Goiás correspondente a: (a) Lei nº. 13.062/97 de 9 de maio de 1997 - referente a valores não repassados pelo Governo Estadual à Subsidiária, para fazer face às amortizações dos empréstimos e financiamentos contratados para a construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, objeto da cisão desta no exercício social de 2006; e (b) Parcelamento - Em 29 de dezembro de 2005, foi assinado entre o Estado de Goiás e a subsidiária CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D o Quarto Termo Aditivo ao Termo de Encontro de Contas, de 25 de julho de 2001, o qual foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através do Despacho nº. 528 de 5 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União em 6 de março de 2007. O saldo devedor desse Termo foi atualizado monetariamente pela variação do IGPM e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês. O valor de R\$ 1.600.000 mil foi pago à Subsidiária pelo Estado de Goiás, mediante a utilização de parte dos recursos da 1ª tranche do empréstimo obtido pelo mesmo junto a Caixa Econômica Federal – CAIXA, liberada em 29 de dezembro de 2011. Este empréstimo faz parte das negociações em andamento entre o Estado de Goiás e as Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, definidas no Protocolo de Intenções assinado em 15 de dezembro de 2011 e, por sua vez, referendadas no acordo de acionistas assinado em 24 de abril de 2012. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa nº 10.2.g, em 29 de junho de 2012 foi firmado o Termo de Confissão e Repactuação de Dívidas entre a subsidiária CELG D e Eletrobrás. O montante foi parcelado em 60 meses, com vencimento dia 30 de cada mês, sendo a primeira parcela vincenda em 30 de maio de 2014. O valor da parcela de amortização será calculado mediante a divisão do saldo devedor pelo número de prestações devidas, o saldo devedor atualizado com base na aplicação pro rata temporis da SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) ao mês, pro rata die. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 32 (a) – Acordo do Governo do Estado de Goiás e Eletrobras - a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória n.º 559, de 2 de março de 2012, autorizou a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás adquirir participação societária da CELG Distribuição S.A. – CELG D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto. Conforme pactuado nos Acordos de Acionistas e de Gestão, celebrados em 24 de abril de 2012, a aquisição do controle acionário da Controlada pela Eletrobrás será finalizado em até 330 dias contados da data da assinatura

dos acordos mencionados. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 32 (b) – Prorrogação da Concessão de Distribuição de Energia Elétrica - com a edição pelo Governo Federal, da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, a qual condicionou a renovação do serviço público de energia elétrica à aceitação e concordância com novas regras regulatórias, tendo a concessionária o prazo para manifestação até o dia 15 de outubro de 2012. A subsidiária CELG D, através da Carta PR-1507/12, protocolou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 11 de outubro de 2012, a manifestação de concordância à prorrogação da concessão de distribuição de energia elétrica. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 32 (c) – Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, regulamentada pelo Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, com o objetivo de definir os critérios para a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vincendas no período de 2015 a 2017. O Conselho de Administração da Controladora CELGPAR e, respectivamente, a Assembleia Geral de Acionistas, decidiram pela prorrogação das referidas concessões, mas deliberaram pela aprovação da execução de todas as providências administrativas e judiciais, objetivando evitar prejuízo à CELG GT e, sucessivamente, buscar a preservação das concessões de geração e transmissão e, concomitantemente em relação às indenizações, pela implementação de medidas administrativas e judiciais, visando auferir indenizações, pertinentes à geração e transmissão, de todos os ativos ainda não depreciados, independente do previsto na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 32 (d), o adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 8.600 mil foi utilizado pela Controlada CELG GT para pagamento de partes das obrigações do encontro de contas com a subsidiária CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, referente ao processo de desverticalização da Companhia Energética de Goiás. O referido aumento de capital foi promovido pela 42ª Assembleia Geral Extraordinária de acionista da Companhia, tendo o Capital Social aumentado de R\$ 321.125 mil para R\$ 329.725 mil. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

As informações contábeis intermediárias da controladora, COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma instituição em atividade normal, as quais pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. Desta forma, a continuidade normal da instituição, dependerá da capacidade de realização de seus ativos em valores suficientes para cobrir as obrigações circulantes e não circulantes. A cobertura do patrimônio líquido negativo de R\$ 2.123.132 mil, dependerá da realização de ativos em valores superiores aos registrados na contabilidade ou redução dos valores do passivo. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

As informações contábeis intermediárias da subsidiária CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Entretanto, a Companhia tem sofrido contínuos prejuízos, apresentando deficiência de capital de giro, elevação da participação de capital de terceiros, além da apresentação de patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no valor de R\$ 1.033.030 mil. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

A controlada direta CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT, neste período, apresentou um prejuízo de R\$ 804 mil, e mantém um prejuízo acumulado de R\$ 29.216 mil. A administração da Companhia, visando o reequilíbrio econômico e financeiro, vem tomando diversas medidas, e a reversão da situação atual estará sujeita ao sucesso dessas implementações adotadas, além de outras, que deverão ser efetuadas ao longo dos próximos exercícios. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente auditados por nós, que emitimos Relatório datado de 10 de maio de 2012, sem ressalva e com ênfases similares aos parágrafos de ênfases acima, exceto quanto a não consolidação da subsidiária CELG D, em 30 de setembro de 2012, e o mencionado na nota explicativa nº 32, às demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2012. E ênfases que de: conforme mencionado na Nota Explicativa nº 20(b), a subsidiária CELG Distribuição S.A. – CELG D mantém registrado no passivo circulante e não circulante débitos incluídos no Parcelamento Excepcional PAEX, anteriormente denominado Programa de Recuperação Fiscal Refis. A Administração da subsidiária, amparada pelos seus assessores jurídicos, reforçada pela opinião legal de consultores especializados, estava questionando judicialmente a Secretaria da Receita Federal quanto à legitimidade dessa compensação. As demonstrações financeiras não incluíram nenhum ajuste relativo à exigibilidade da exclusão dos créditos supracitados na consolidação da dívida no PAEX, pelo fato de a Administração da subsidiária e de seus assessores jurídicos entenderem que terão êxito provável; conforme a Nota Explicativa nº 23(b), em julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou autos de infração contra a controlada direta CELG Distribuição S.A. - CELG D, em razão de alegar insuficiência das contribuições para o PIS e para a COFINS geradas em função da exclusão da parcela do ICMS sobre o faturamento das contas de consumo de energia, referente à realização da própria operação, correspondente ao período compreendido entre janeiro de 2000 e dezembro de 2003. Em 26 de março de 2007, foi concluída nova fiscalização da Secretaria da Receita Federal, estendendo o período de análise até setembro de 2005, o que resultou em outros autos de infração, perfazendo o total de R\$ 264.812 mil (valores históricos, já acrescidos de juros de mora e multa até a data da fiscalização). Em função da descrição dos fatos e enquadramentos legais citados nos referidos autos já ser conhecida, a Administração da controlada direta, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos internos e reforçada pela opinião legal de especialista, entende como remota a probabilidade de perda dessa demanda judicial. Em 5 de março de 2010, a controlada direta obteve sentença favorável pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), suscetível a recurso somente no Supremo Tribunal Federal (STF). Em função do posicionamento favorável dos consultores jurídicos da controlada direta e atual sentença favorável, a Administração da controlada direta optou por não consignar nenhuma provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, para fazer face às possíveis perdas futuras; e conforme mencionado na nota explicativa nº 38, as ações indicadas no Protocolo de Intenções firmado entre o Estado de Goiás e Eletrobrás, com a interveniência da CELGPAR e Controlada Celg D convergiram para a assinatura do contrato de empréstimo entre o Estado de Goiás e a CAIXA, referente a uma operação financeira de R\$ 3,527 bilhões, dividida em três tranches, sendo a primeira ocorrida em dezembro/2011, e as demais tranches previstas para 2012 e 2013. Estas ações também convergiram para a formalização do acordo de acionistas e acordo de gestão entre os mesmos, assinado em 24 de abril de 2012.

Os valores correspondentes ao período findo em 30 de setembro de 2011, apresentados para fins de comparação, também foram auditados por nós, que emitimos Relatório datado de 13 de março de 2012, sem ressalva e com ênfases similares aos parágrafos de ênfases acima, exceto quanto a não consolidação da subsidiária CELG D, em 30 de setembro de 2012, e o mencionado na nota explicativa nº 32, às demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2012. E ênfases que de: conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19(b), a controlada direta CELG Distribuição S.A. - CELG D mantinha registrado no passivo circulante e não circulante o montante de R\$ 41.402 mil, representado por débitos incluídos no Parcelamento Excepcional PAEX, anteriormente denominado Programa de Recuperação Fiscal Refis. A Administração da controlada direta, amparada pelos seus assessores jurídicos, reforçada pela opinião legal de consultores especializados, está questionando judicialmente a Secretaria da Receita Federal quanto à legitimidade dessa compensação. As demonstrações financeiras não incluem nenhum ajuste relativo à exigibilidade da exclusão dos créditos supracitados na consolidação da dívida no PAEX, pelo fato de a Administração da controlada direta e de seus assessores jurídicos entenderem que terão êxito provável; Conforme a Nota Explicativa nº 22(c), que demonstra que, em julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou autos de infração contra a controlada direta CELG Distribuição S.A. - CELG D, em razão de alegar insuficiência das contribuições para o PIS e para a COFINS geradas em função da exclusão da parcela do ICMS sobre o faturamento das contas de consumo de energia, referente à realização da própria operação, correspondente ao período compreendido entre janeiro de 2000 e dezembro de 2003. Em 26 de março de 2007, foi concluída nova fiscalização da Secretaria da Receita Federal, estendendo o período de análise até setembro de 2005, o que resultou em outros autos de infração, perfazendo o total de R\$ 264.812 mil (valores históricos, já acrescidos de juros de mora e multa até a data da fiscalização). Em função da descrição dos fatos e enquadramentos legais citados nos referidos autos já ser conhecida, a Administração da controlada direta, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos internos e reforçada pela opinião legal de especialista, entende como remota a probabilidade de perda dessa demanda judicial. Em 5 de março de 2010, a controlada direta obteve sentença favorável pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), suscetível a recurso somente no Supremo Tribunal Federal (STF). Em função do posicionamento favorável dos consultores jurídicos da controlada direta e atual sentença favorável, a Administração da controlada direta optou por não consignar nenhuma provisão nas demonstrações intermediárias em 30 de setembro de 2011, por considerar remota a possibilidade de perda.

Goiânia, 12 de abril de 2013.

UHY MOREIRA – AUDITORES
CRC RS 3717 S GO
HERALDO S. S. DE BARCELLOS
Contador CRC RS 11609 S GO
CNAI Nº 43
Responsável Técnico